

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - ALTO RIO JURUA

## Edital 8/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2026	257021-DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - ALTO RIO JURUA	RUY BARBOSA DE MOURA FILHO	19/05/2026 23:24 (v 0.8)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25032.000104/2026-15

## 1. DO OBJETO



## PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL: 90012/2026

NUMERO DA COMPRA: 43/2026

**CONTRATANTE** DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - ALTO RIO JURUÁ DSEI/ARJ  
UASG (257021)

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores Tipo: Van, com quilometragem livre, seguro total, manutenção preventiva corretiva, com reposição de peças e acessórios(incluindo Pneus), lavagem higienização e lubrificação sem combustível e sem motorista

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

O valor anual estimado da contratação é de R\$ 322.608,00 (trezentos e vinte e dois mil, seiscentos e oito reais), correspondente à locação de 02 (duas) vans, com valor unitário mensal de R\$ 13.442,00 (treze mil, quatrocentos e quarenta e dois reais) por veículo.

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 10/06/2026 às 10:00 (horário de Brasília)

## Critério de Julgamento:

O critério de julgamento das propostas será o de menor preço global, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

## Modo de disputa:

aberto

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

*Será assegurado o tratamento favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto ao direito de preferência em caso de empate ficto e à possibilidade de regularização fiscal tardia, não se tratando, contudo, de licitação exclusiva ou com reserva de cotas, tendo em vista o valor estimado da contratação.*

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

**1. DO OBJETO**

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

**5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**8. DA FASE DE JULGAMENTO**

**9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**10. DO TERMO DE CONTRATO**

**11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**13. DOS RECURSOS**

**14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

## **DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - ALTO RIO JURUÁ DSEI/ARJ UASG (257021)**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2016**

(Processo Administrativo nº 25032.000104/2026-15)

Torna-se público que o Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Juruá , por meio do(a) Serviço de Contratações de Recursos Logísticos - SELOG, sediado(a) na Rua Formoso, bairro Formos, nº 225, na cidade de Cruzeiro do Sul /Estado Acre, realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, , e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores Tipo: Van, com quilometragem livre, seguro total, manutenção preventiva corretiva, com reposição de peças e acessórios(incluindo Pneus), lavagem higienização e lubrificação sem combustível e sem motorista, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

#### **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 Considerando que não houve manifestação de órgãos participantes nem adesões à Intenção de Registro de Preços (IRP), bem como que a contratação destina-se exclusivamente ao atendimento da demanda do órgão demandante, resta afastada a utilização do Sistema de Registro de Preços, motivo pelo qual foi suprimida do edital a cláusula referente ao Registro de Preços.

#### **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda qu

e por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[A3] , para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.5 e 3.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.5 e 3.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor (mensal, unitário etc., conforme o caso no TR) e (anual, total) do item; maiores dúvidas observar o subitem 1.1 do Termo de Referência anexo ao edital.

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de 2 vans, conforme TR.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na

6.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 5 (CINCO).[A2]

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa -de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.2. empresas brasileiras;

7.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às microempresas ou empresas de pequeno porte – ME/EPP, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.18. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.19. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes,

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por **por meio eletrônico, na forma digital, por meio do sistema Compras.gov.br.**

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.9.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.10. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [NO MÍNIMO, DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.10.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.11.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.12 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até (2) horas, **prorrogável por igual período**], para:

9.12.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.12.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.12.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.



10.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco) dias úteis** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco) dias úteis** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

*10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

*10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

*10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1 Optou-se pela não adoção do Sistema de Registro de Preços, considerando a demanda certa, quantificada e continuada, bem como a inexistência de órgãos participantes, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br**.

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (*trinta* dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[A3]

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. [A4]

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## 15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **endereço de e-mail: selog.dseiarij@saude.gov.br; com cópia para raimundo. gaspar@saude.gov.br.**

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo **Pregoeiro** /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://pncp.gov.br/app/pca/>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3. Anexo III – MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - (IMR)

16.11.4. Anexo IV– Termo de Ciência e concordância;

16.11.5. Anexo V- MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DO OBJETO.

16.11.6. ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

16.11.7. ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

16.11.8 ANEXO VIII MODELO DE PROPOSTA

16.11.8. Anexo VIII – (...);

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**RUY BARBOSA DE MOURA FILHO**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 23:24:51.

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - ALTO RIO JURUA

Termo de Referência 10/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2026	257021-DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - ALTO RIO JURUA	ROSIMIRO SANTOS DE ARAUJO	19/05/2026 10:27 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25032.000104/2026-15

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 25032.000104/2026-15)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de[serviços]- [contínuos] de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores Tipo: Van, com quilometragem livre, seguro total, manutenção preventiva corretiva, com reposição de peças e acessórios(incluindo Pneus), lavagem higienização e lubrificação sem combustível e sem motorista], nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento[A1] .

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
<u>1</u>	<u>Serviço para locação de veículo tipo Van, sob o regime de quilometragem livre. A contratação exclui o fornecimento de motorista e combustível, permanecendo a manutenção e a lavagem sob a</u>	<u>4014</u>	<u>UND</u>	<u>2</u>	<u>R\$ 13.442,00</u>	<u>R\$ 322.608,00</u>

	<u>responsabilidade</u> <u>da empresa</u> <u>contratada.</u>					
2						

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidad

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.[A4]

1.3. O serviço é enquadrado como serviço continuado, tendo em vista que sua prestação se destina a atender necessidade permanente e recorrente da Administração, indispensável à manutenção das atividades finalísticas do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Juruá – DSEI/ARJ, notadamente no apoio logístico ao transporte de pacientes indígenas, acompanhantes, equipes multidisciplinares de saúde, servidores e colaboradores, de forma ininterrupta e previsível.

1.3.1. A adoção de vigência plurianual mostra-se mais vantajosa para a Administração, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, considerando a natureza contínua do objeto, a previsibilidade da demanda, a necessidade de garantir a regularidade da prestação do serviço, a mitigação de riscos de descontinuidade operacional, bem como a obtenção de melhores condições econômicas e administrativas, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133 /2021.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses contados do(a) data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.[A5]

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000062/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 10/11/2025
- III) Id do item no PCA: 1112
- IV) Classe/Grupo: 721 - SERVIÇOS IMOBILIÁRIOS RELATIVOS A LOCAÇÃO OU ARRENDAMENTO
- V) Identificador da Futura Contratação: 257021-43/2026



### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### *Sustentabilidade[A2]*

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e **Plano Diretor Logístico Sustentável (PDLS)**, bem como na legislação ambiental vigente, especialmente no que se refere à redução de impactos ambientais, ao uso racional de recursos naturais e à promoção de práticas sustentáveis na prestação dos serviços.

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...) [A3] .

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade já contemplados na descrição do objeto, a execução do contrato deverá observar, no que couber, as diretrizes estabelecidas no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, bem como os objetivos, metas e ações previstos no **Plano Diretor de Logística Sustentável – PDLS do Ministério da Saúde**, em consonância com a legislação ambiental vigente e com os princípios da eficiência, economicidade e desenvolvimento sustentável.

4.1.1. Os veículos disponibilizados deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos, conforme o **Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE**, observadas as Resoluções do CONAMA e demais normas ambientais aplicáveis, em alinhamento às diretrizes do PDLS do Ministério da Saúde voltadas à redução de emissões e à melhoria da eficiência ambiental da frota.

4.1.2. Os veículos deverão atender aos limites máximos de ruído estabelecidos nas Resoluções do **CONAMA**, contribuindo para a mitigação da poluição sonora, em conformidade com as diretrizes do PDLS do Ministério da Saúde relativas à minimização de impactos ambientais decorrentes das atividades logísticas.

4.1.3. A CONTRATADA deverá adotar práticas de **manutenção preventiva e corretiva** que assegurem a eficiência operacional e energética dos veículos, em consonância com as ações previstas no PDLS do Ministério da Saúde voltadas à redução do consumo de recursos naturais e à diminuição da geração de resíduos.

4.1.4. Nos serviços de lavagem, higienização e lubrificação dos veículos, deverão ser priorizados, sempre que tecnicamente viável, **produtos biodegradáveis ou ambientalmente adequados**, em alinhamento às diretrizes do PDLS do Ministério da Saúde para o uso racional de água e a redução de impactos aos recursos hídricos.

4.1.5. A CONTRATADA deverá assegurar a **destinação ambientalmente adequada dos resíduos** gerados na execução contratual, incluindo pneus, óleos lubrificantes, filtros, peças e embalagens, observando a Política Nacional de Resíduos Sólidos e as diretrizes do PDLS do Ministério da Saúde relativas à gestão responsável de resíduos.

**4.1.6.** A execução dos serviços deverá observar práticas que favoreçam a **otimização da utilização da frota**, evitando deslocamentos desnecessários e contribuindo para a redução do consumo de combustível e da emissão de gases de efeito estufa, em conformidade com as metas de eficiência logística estabelecidas no PDLS do Ministério da Saúde.

**4.1.7.** As exigências de sustentabilidade previstas neste Termo de Referência são compatíveis com o objeto contratado, não configuram restrição indevida à competitividade do certame e estão em conformidade com o PDLS do Ministério da Saúde, atendendo aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e interesse público.

**4.1.8.** As diretrizes de sustentabilidade previstas nesta seção deverão ser observadas em consonância com o **Plano Diretor de Logística Sustentável – PDLS do Ministério da Saúde vigente à época da execução contratual**, ou aquele que **vier a substituí-lo ou atualizá-lo**, garantindo a aderência contínua da contratação às políticas institucionais de sustentabilidade, eficiência logística e responsabilidade socioambiental da Administração Pública Federal.

Indicação de marcas ou modelos

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.2. Não será admitida a indicação ou exigência de marcas, modelos ou fabricantes específicos para a execução do objeto, bem como não será aceita a utilização de produtos ou veículos que restrinjam ou comprometam a competitividade do certame, em observância aos princípios da isonomia, da ampla concorrência e da seleção da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 5º e do art. 41 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. Fica vedada a utilização de veículos de procedência desconhecida, sem comprovação de origem lícita, ou que não possuam documentação regular junto aos órgãos de trânsito competentes, incluindo licenciamento e seguro vigentes.

4.2.2. Não será aceita a utilização de veículos com idade, estado de conservação ou características técnicas incompatíveis com as especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, ainda que pertençam a marcas reconhecidas no mercado.

4.2.3. Fica vedada a utilização de marcas ou modelos que apresentem histórico comprovado de indisponibilidade de peças, assistência técnica inadequada ou recorrentes falhas operacionais, quando tais condições possam comprometer a continuidade e a eficiência da prestação do serviço, conforme avaliação técnica da Administração.

## REQUISITOS NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES:

### 4.3. Finalidade da contratação

Os serviços de locação a serem prestados destinam-se ao atendimento das necessidades operacionais do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Jurua – DSEI/ARJ, abrangendo:

- I – o deslocamento de servidores e demais pessoas a serviço do DSEI/ARJ;
- II – o transporte de indígenas em tratamento de saúde, bem como de seus acompanhantes;
- III – o transporte de materiais, insumos estratégicos de saúde e medicamentos; e
- IV – o transporte de encomendas e pequenas cargas, tais como ferramental, instrumentos de trabalho, equipamentos, insumos e outros materiais indispensáveis ao cumprimento da missão institucional de atenção básica à saúde indígena.

#### **4.3.1. Contexto operacional**

Considerando que as Unidades de Saúde Indígena sob a tutela sanitária do DSEI/ARJ encontram-se, em sua maioria, localizadas em regiões remotas, de difícil acesso e distantes dos centros urbanos, torna-se imprescindível a disponibilização de veículos adequados e em plenas condições de uso, de modo a garantir a continuidade, regularidade e segurança dos serviços de apoio à atenção primária à saúde indígena.

Dessa forma, a contratação de veículos, conforme as especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência e previamente definidas no Estudo Técnico Preliminar, constitui elemento essencial para o adequado funcionamento das ações de saúde desenvolvidas pelo DSEI/ARJ e seus Polos Base.

#### **4.4. Requisitos Específicos do Veículo**

##### **4.4.1. Do Veículo Tipo Van**

Veículo automotor tipo Van, destinado ao transporte de passageiros, atendendo, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:

- a) Estado de conservação: veículo novo (zero quilômetro) ou com até 1 (um) ano de uso, em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar, em perfeitas condições de funcionamento e segurança;
- b) Capacidade mínima: 16 lugares (15 passageiros + 1 motorista);
- c) Combustível: diesel;
- d) Motorização: potência mínima de 110 cv, com sistema de injeção eletrônica;
- e) Transmissão: câmbio manual, com no mínimo 6 marchas (5 à frente e 1 à ré);
- f) Direção: hidráulica ou elétrica;
- g) Refrigeração: ar-condicionado;
- h) Sistema de áudio: rádio AM/FM com CD e/ou entrada auxiliar;
- i) Portas: 4 portas com vidros, sendo ao menos uma lateral corrediça;
- j) Pneus: pneus radiais, sem câmara, dianteiros e traseiros, com perfil misto (50% asfalto / 50% estrada de chão);
- k) Autonomia: mínima de 450 km com um tanque de combustível completo;
- l) Banco do motorista: com regulagem de distância e inclinação;
- m) Cintos de segurança: em todos os assentos;
- n) Segurança: protetor de cárter, além de todos os equipamentos obrigatórios de segurança e sinalização exigidos pela legislação de trânsito vigente e pelas normas do CONTRAN.

##### **4.4.2. Manutenção e demais obrigações**

A locação deverá compreender, obrigatoriamente:

- I – manutenção preventiva e corretiva;
- II – reposição de peças, componentes, acessórios e pneus, sempre que necessário;
- III – serviços de lavagem, higienização e lubrificação;
- IV – seguro total do veículo, sem franquia ou com franquia integralmente custeada pela contratada.

Os veículos deverão estar permanentemente aptos a atender às demandas diárias do DSEI/ARJ e de seus Polos Base de abrangência, inclusive para substituição imediata de veículos que venham a ficar indisponíveis em razão de manutenção, assegurando a continuidade do transporte de pacientes, servidores, materiais e insumos de saúde.

##### **4.4.3. Condições do veículo**

Os veículos disponibilizados deverão atender integralmente às especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, devendo estar em perfeitas condições de uso, segurança e conservação, aptos a atender às demandas operacionais do DSEI/ARJ, inclusive em trechos urbanos e em vias não pavimentadas.

##### **4.4.4. Estado de conservação e idade do veículo**

Os veículos tipo VAN deverão ser novos (zero quilômetro) ou possuir, no máximo, 1 (um) ano de uso, contados a partir do ano/modelo de fabricação, em consonância com o Estudo Técnico Preliminar, de modo a assegurar maior confiabilidade mecânica, segurança dos usuários e redução de custos com manutenções corretivas.

#### **4.4.5. Manutenção e conservação**

A Contratada será integralmente responsável pela realização de:

- a) manutenção preventiva e corretiva dos veículos;
- b) substituição de peças, componentes e acessórios, inclusive pneus;
- c) serviços de lavagem, higienização e lubrificação;
- d) correção imediata de falhas que comprometam a segurança ou a disponibilidade do veículo.

Tais serviços deverão ser executados sem qualquer ônus adicional para a Administração.

#### **4.4.6. Substituição de veículos**

Na hipótese de o veículo apresentar falha mecânica, defeito, avaria ou qualquer condição que impeça sua utilização, a Contratada deverá providenciar a substituição por outro veículo de mesmas características, em prazo compatível com a criticidade do serviço, de modo a não comprometer a continuidade das ações de saúde indígena.

#### **4.4.7. Seguro e responsabilidade**

Os veículos deverão possuir seguro total, incluindo cobertura contra colisão, furto, roubo, incêndio, danos a terceiros e ocupantes, sendo de inteira responsabilidade da Contratada quaisquer sinistros ocorridos durante a execução contratual.

#### **4.4.8. Regularidade legal e documental**

A Contratada deverá manter os veículos devidamente licenciados, registrados e em conformidade com as normas do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e com as exigências do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), respondendo por eventuais penalidades decorrentes de irregularidades.

#### **4.4.9. Disponibilidade operacional**

Os veículos deverão permanecer à disposição do DSEI/ARJ durante todo o período contratual, garantindo a continuidade e regularidade dos serviços de transporte necessários às ações assistenciais, administrativas e logísticas desenvolvidas no âmbito do Distrito.

#### **Especificações para identificação dos veículos**

**4.4.10 Em observância à legislação vigente, especialmente à Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, da SLTI/MPOG, os veículos utilizados na execução dos serviços deverão atender aos seguintes requisitos de identificação visual:**

- a) possuir cor neutra, preferencialmente branca ou prata;
- b) utilizar placa oficial, conforme definição dos órgãos competentes de regulação de trânsito;
- c) conter identificação visual institucional, mediante pintura ou adesivo removível, composta por um retângulo com dimensões aproximadas de 690 mm x 330 mm, em cor contrastante e de fácil visualização, localizado nas portas dianteiras, posicionado abaixo das janelas, e, quando aplicável, nos dois metros iniciais de cada unidade acoplada, em conformidade com as especificações constantes do Anexo VI da referida Instrução Normativa.

**4.4.11. A identificação visual institucional deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes inscrições:**

- a) Sigla do órgão ou entidade:  
“MS – SESAI”, em letras do tipo Helvética Média, em caixa alta, com altura proporcional à área de identificação, em cor escura que permita contraste com o fundo;
- b) Identificação governamental:  
“GOVERNO FEDERAL” e “PODER EXECUTIVO”, em letras do tipo Helvética Normal, em caixa alta, em cor escura, observada a proporcionalidade e a legibilidade;

c) Finalidade de uso do veículo:

“USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO”, em letras do tipo Helvética Normal, em caixa alta, aplicada sobre tarja de cor contrastante, garantindo ampla visibilidade.

## MODELOS DE ADESIVOS PARA OS VEÍCULOS



Fonte: Zurich CN BT Bold na cor preta  
Dimensões 69x33mm CxA



Secretaria Especial de  
Saúde Indígena

Ministério da  
Saúde



**4.4.12 A execução do contrato será mensurada em períodos mensais, considerando-se cada mês como unidade de medição para fins de acompanhamento, controle e pagamento dos serviços efetivamente prestados.**

**4.4.13 A remuneração dos serviços será composta por custos fixos, conforme detalhamento a seguir:**

a) Custos Fixos:

I – Custos fixos dos veículos: valor mensal fixo por veículo disponibilizado, englobando todas as despesas necessárias à sua plena operacionalização, excetuadas aquelas expressamente classificadas como despesas eventuais;

II – Despesas eventuais dos veículos: compreendem os custos com pedágio, estacionamento e travessia fluvial e/ou marítima, os quais serão ressarcidos mensalmente apenas quando efetivamente ocorridos e no valor exato pago pela CONTRATADA;

III – Antes do faturamento, a CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização técnica a consolidação das medições relativas às despesas eventuais, devidamente acompanhada dos respectivos comprovantes de pagamento, para fins de conferência e validação;

IV – A quilometragem será livre, não sendo estabelecido limite máximo mensal de deslocamento para os veículos contratados;

V – As despesas com pedágios, estacionamento e travessias fluviais e/ou marítimas deverão ser comprovadas mediante apresentação dos documentos fiscais ou recibos correspondentes, sendo faturadas exclusivamente pelo valor efetivamente ocorrido.

## **4.5 Requisitos Gerais**

### **4.5.1 A empresa CONTRATADA deverá:**

- a) Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório ou na contratação direta, conforme o caso;
- b) Orientar e instruir seu preposto quanto à obrigatoriedade de acatar e cumprir as determinações e orientações expedidas pelo Agente Fiscalizador da CONTRATANTE;
- c) Responsabilizar-se integralmente por reclamações, demandas administrativas ou judiciais, bem como arcar com todos os ônus decorrentes de prejuízos causados a terceiros em razão da execução de suas obrigações contratuais, isentando o DSEI de qualquer responsabilidade;
- d) Cumprir rigorosamente a legislação federal, estadual e municipal vigente, pertinente à execução do objeto, assumindo integral responsabilidade por quaisquer infrações legais a que der causa durante a vigência do contrato.

*Da exigência de carta de solidariedade[A5] e*

4.6. Não será exigida carta de solidariedade emitida por fabricante, tendo em vista que o objeto da contratação consiste na prestação de serviço de locação de veículos, sem fornecimento de bens, não havendo dependência técnica, operacional ou contratual direta com fabricantes ou montadoras para a execução do contrato, sendo a responsabilidade pela manutenção, disponibilidade e regularidade dos veículos integralmente atribuída à empresa contratada.

### **Subcontratação[A6]**

*4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

*4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

## **Vistoria**

*4.9. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.*

**3.9.1. Considerando que o objeto consiste na locação de veículos automotores tipo van, cuja execução independe de avaliação das instalações físicas da Administração.**

### **Instalação de escritório**

4.10. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que a CONTRATADA possua ou venha a disponibilizar, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, estrutura administrativa mínima no município de Cruzeiro do Sul/AC ou em município adjacente que possibilite atendimento

operacional tempestivo às demandas do DSEI/ARJ, podendo tal atendimento ocorrer por meio de escritório físico, base operacional, representante legal, preposto ou responsável local devidamente designado.

4.10.1. A exigência justifica-se em razão da necessidade de suporte operacional contínuo, atendimento imediato às ocorrências relacionadas à manutenção preventiva e corretiva, substituição de veículos indisponíveis, resolução de demandas administrativas e garantia da continuidade dos serviços essenciais de transporte vinculados às ações de atenção à saúde indígena, não cabendo à Administração realizar intermediações junto a oficinas mecânicas, estabelecimentos de lavagem, fornecedores ou terceiros vinculados à execução contratual, responsabilidades estas atribuídas integralmente à CONTRATADA.

4.10.2. A estrutura administrativa mínima poderá ser própria, locada, compartilhada ou representada por preposto /responsável local, desde que suficiente para assegurar canal permanente de comunicação, apoio operacional e pleno atendimento das obrigações contratuais.

#### **Margem de Preferência**

4.11. Não se aplica margem de preferência à presente contratação, tendo em vista a inexistência de enquadramento do objeto nas hipóteses previstas no art. 26 da Lei nº 14.133/2021, bem como a ausência de regulamentação específica aplicável ao objeto contratado.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

Condições de execução[A2]

*5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*

5.1.1. Início da execução do objeto: 45 dias [da assinatura do contrato]

**5.1.1. O prazo de início da execução poderá, excepcionalmente, ser objeto de dilação por período equivalente ao originalmente fixado, desde que devidamente solicitado pela CONTRATADA, antes do seu término, e formalmente justificado, mediante comprovação objetiva de fatos supervenientes, imprevisíveis ou alheios à sua vontade, que efetivamente impeçam o cumprimento do prazo inicialmente estabelecido.**

**5.1.2. A solicitação de dilação de prazo deverá ser instruída com documentação comprobatória idônea, capaz de demonstrar o nexo causal entre o fato alegado e a impossibilidade temporária de início da execução do objeto, não sendo admitidas justificativas genéricas ou decorrentes de falha de planejamento da CONTRATADA.**

**5.1.3. A análise e eventual deferimento da dilação de prazo ficarão a critério exclusivo da Administração, que avaliará a conveniência e a oportunidade do pedido, considerando o interesse público, a continuidade dos serviços e a inexistência de prejuízo às atividades finalísticas do DSEI.**

**5.1.4. O deferimento da dilação de prazo não gera direito adquirido à prorrogação automática, devendo cada solicitação ser analisada de forma individualizada, mediante decisão formal da Administração, registrada nos autos do processo administrativo.**

**5.2 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**

**5.2.1 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho**

**5.2.2. A execução dos serviços de locação de veículos tipo van ocorrerá de forma contínua e ininterrupta, mediante a disponibilização dos veículos em perfeitas condições de uso, segurança e regularidade documental, observadas as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência.**

Os serviços compreenderão, dentre outros procedimentos operacionais:

- Disponibilização mensal dos veículos nos locais de lotação definidos pela Administração;
- Garantia de quilometragem livre, sem limitação de uso diário;
- Realização de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, acessórios e pneus, sempre que necessário;
- Lavagem, higienização e lubrificação periódica dos veículos;
- Manutenção da cobertura de seguro total, válida durante toda a vigência contratual;
- Substituição imediata do veículo, em caso de indisponibilidade por manutenção ou sinistro, de modo a não comprometer a continuidade dos serviços.

5.2.3. A prestação do serviço será realizada diariamente, conforme demanda operacional do DSEI/ARJ, respeitando os horários definidos neste instrumento.

5.2.4. Cronograma de realização dos serviços

Os serviços terão início após o prazo estabelecido para início da execução contratual e seguirão cronograma de execução mensal e contínuo, durante toda a vigência do contrato, conforme abaixo:

- Disponibilização dos veículos: início conforme prazo contratual;
- Execução dos serviços: contínua, durante toda a vigência;
- Manutenção, limpeza e inspeções: periódicas, conforme plano de manutenção do fabricante e necessidades operacionais;
- Medição e faturamento: mensal.

Etapa	Descrição	Período
Etapa 1	Disponibilização inicial dos veículos	A partir do início da vigência contratual
Etapa 2	Execução contínua dos serviços de locação	Durante toda a vigência do contrato
Etapa 3	Manutenção, substituição e apoio operacional	Sempre que necessário
Etapa 4	Medição, conferência e faturamento	Mensal, após concluída a execução do período

Local e horário da prestação dos serviços

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

Município: Cruzeiro do Sul/AC

Endereços de entrega dos veículos:

- 01 (uma) Van:  
Casa de Apoio à Saúde Indígena – CASAI/DSEI Alto Rio Juruá  
Rua do Formoso, nº 225, Bairro Formoso – Cruzeiro do Sul/AC
- 01 (uma) Van:  
Polo Base de Cruzeiro do Sul – DSEI Alto Rio Juruá

Endereços de lotação dos veículos:

- Travessa Katukinas (Zona Rural), nº 300 – Aldeia Campina – BR-364



- Bairro Guarani, s/nº – Município de Mâncio Lima/AC

### 5.3.1 Os serviços serão prestados no seguinte horário:

Os serviços serão executados das 7h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, podendo haver ajustes conforme necessidade operacional do DSEI/ARJ, mediante solicitação da Administração.

Estimativa média mensal de quilometragem:

- Veículo lotado na CASAI: aproximadamente 8.000 km/mês;
- Veículo lotado no Polo Base de Cruzeiro do Sul: aproximadamente 5.000 km/mês.

### Rotinas a serem cumpridas

#### 5.3.2. A execução contratual observará as seguintes rotinas:

- Disponibilização diária dos veículos em condições adequadas de uso;
- Atendimento às demandas de transporte de pacientes, servidores, indígenas, materiais e insumos de saúde;
- Realização de manutenção preventiva e corretiva conforme necessidade;
- Comunicação imediata à fiscalização em caso de ocorrência que impacte a execução do serviço;
- Substituição do veículo, quando necessário, sem ônus adicional à Administração;
- Registro e controle mensal das medições para fins de conferência e faturamento.

### Materiais a serem disponibilizados

*5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:[A6]*

5.4.1. Para o transporte de crianças, quando houver, os veículos deverão dispor de equipamentos específicos de segurança, em conformidade com as exigências da legislação de trânsito vigente, especialmente as normas do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

5.4.2. Os veículos deverão contar com sistema de monitoramento e rastreamento que permita o controle e a aferição dos trajetos percorridos, a geração de gráficos de velocidade relativos aos percursos realizados, bem como a visualização da posição geográfica do veículo em tempo real, com acesso por meio de ambiente web.

5.4.3. Os dispositivos de rastreamento deverão ser instalados nos veículos de forma a permanecerem inacessíveis a pessoas não autorizadas, devendo, ainda, possuir bateria interna própria, capaz de manter o funcionamento do sistema por, no mínimo, quatro horas, mesmo com o desligamento da bateria principal do veículo.

5.4.4. Deverá ser disponibilizado Sistema de Controle e Gestão de Frota, integrado ao sistema de rastreamento, que permita a emissão de relatórios diários e individualizados por veículo, contendo, no mínimo: identificação única do veículo, distância total percorrida no dia, trajetos realizados apresentados em mapa, respectivas distâncias percorridas e gráficos de velocidade desenvolvida.

5.4.5 A Contratada deverá disponibilizar meio que possibilite à Contratante visualizar e acompanhar, em tempo real, todos os veículos da frota contratada, na sede do DSEI Alto Rio Juruá, durante todos os dias de operação.

5.4.6. Deverão ser emitidos relatórios mensais contendo as informações necessárias à adequada gestão da frota e ao acompanhamento da execução dos serviços contratados, os quais deverão ser disponibilizados à fiscalização do contrato.

5.4.7. A Contratada será responsável pela prestação dos serviços de controle, acompanhamento, monitoramento, administração e segurança do sistema de rastreamento, bem como pelo desenvolvimento e

adequação de rotinas e telas do software às necessidades da Contratante, de forma a disponibilizar informações completas sobre a utilização dos veículos, trajetos realizados e distâncias percorridas.

5.4.8. Caberá à Contratada fornecer, instalar, operar e realizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de localização e rastreamento dos veículos durante toda a vigência do contrato.

5.4.9. Os equipamentos de localização/rastreamento, bem como o sistema de controle e gestão de frota, deverão permanecer instalados e operacionais nos veículos ao longo de toda a prestação dos serviços, devendo estar plenamente disponíveis no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do contrato.

5.4.10. Os sistemas de rastreamento e de gestão e controle de frota deverão atender, ainda, às demais especificações técnicas e particularidades previstas neste Termo de Referência e em seus anexos.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

*5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:[A7]*

5.5.1. Atender às particularidades contidas no tópico 4. Requisitos da Contratação deste Termo de Referência, para fins de dimensionamento adequado do valor proposto, especialmente quanto à composição dos custos relacionados à disponibilização, manutenção, seguro e gestão dos veículos, observados os direitos e deveres vinculados à execução contratual.

5.5.2. Considerar que o abastecimento dos veículos será realizado por meio de contrato específico a ser instruído e firmado pelo órgão central, cujo objeto consiste no gerenciamento e controle da aquisição de combustíveis em rede de postos credenciados, não sendo necessária, portanto, a cotação de valores referentes ao fornecimento de combustível na elaboração da proposta.

5.5.3. Considerar, ainda, que a operação dos serviços ocorrerá em regime de quilometragem livre, com estimativas médias mensais de rodagem definidas neste Termo de Referência, devendo tais parâmetros ser utilizados exclusivamente para fins de dimensionamento da proposta, sem caracterizar garantia mínima de utilização.

Especificação[A14] da garantia do serviço

*5.6. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido[A15] na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

*Procedimentos de transição e finalização do contrato[A17]*

*5.7. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:*

5.7.1. Comunicação formal do encerramento da vigência contratual à Contratada, com antecedência mínima necessária para organização da desmobilização dos veículos e dos sistemas associados à prestação dos serviços;

5.7.2. Desmobilização gradual e ordenada dos veículos locados, com a devolução nas condições previstas contratualmente, acompanhada de vistoria técnica realizada pela fiscalização, para verificação do estado de conservação, funcionamento, equipamentos obrigatórios e sistemas de rastreamento;

5.7.3. Apresentação, pela Contratada, de relatório final de execução dos serviços, contendo o histórico de utilização dos veículos, quilometragem acumulada, registros de manutenção, ocorrências relevantes e comprovação do adimplemento de todas as obrigações contratuais, como condição para o recebimento definitivo e a liberação de eventuais garantias.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto[A2]

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto formalmente designado, com poderes suficientes para representá-lo perante a Administração durante toda a vigência contratual, não sendo exigida a permanência física contínua no local de execução do objeto, desde que assegurada disponibilidade imediata e atendimento tempestivo às demandas operacionais do contrato.

6.7.1. O preposto será o responsável direto pela interlocução com a fiscalização do contrato, competindo-lhe adotar as providências necessárias para a regular execução dos serviços, inclusive quanto à:

- a) coordenação e acompanhamento das manutenções preventivas e corretivas dos veículos;
- b) encaminhamento dos veículos para oficinas credenciadas, quando necessário;
- c) organização e execução dos serviços de lavagem, higienização e lubrificação;
- d) substituição imediata de veículos que apresentem falhas, avarias ou indisponibilidade operacional;
- e) atendimento a ocorrências emergenciais relacionadas à frota, garantindo a continuidade dos serviços.

6.7.2. O preposto deverá possuir meios de contato permanentes (telefone, aplicativo de mensagens e e-mail), devendo responder às solicitações da Administração dentro de prazo compatível com a natureza da demanda, especialmente aquelas que possam impactar a continuidade das ações de saúde desenvolvidas pelo DSEI/ARJ.

6.7.3. A indicação do preposto e seus respectivos dados de contato deverá ocorrer antes do início da execução contratual, sendo obrigatória a comunicação formal à Administração em caso de substituição.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A3]

### Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 6.16.1. Verificação periódica da disponibilidade dos veículos, assegurando que as vans estejam em condições adequadas de uso, devidamente licenciadas, seguradas, com manutenção preventiva e corretiva em dia, conforme exigido neste Termo de Referência e no contrato.
- 6.16.2. Acompanhamento da execução da manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição de peças, pneus, acessórios, bem como a realização de lavagem e higienização dos veículos, observando os prazos e padrões de qualidade estabelecidos contratualmente.
- 6.16.3. Conferência dos relatórios de rastreamento e controle de frota, incluindo quilometragem mensal, rotas percorridas, tempo de utilização dos veículos e eventuais ocorrências, com vistas à validação da execução contratual e do faturamento mensal.
- 6.16.4. Fiscalização das substituições temporárias ou definitivas de veículos, quando necessárias, verificando se os veículos substitutos atendem integralmente às especificações técnicas mínimas previstas neste Termo de Referência, sem prejuízo à continuidade dos serviços.
- 6.16.5. Avaliação do cumprimento das obrigações contratuais acessórias, tais como atendimento às solicitações da Administração, pronta resposta a notificações, correção de irregularidades apontadas e manutenção de preposto ou responsável técnico para tratar de pendências operacionais relativas aos veículos.
- 6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### Fiscalização Administrativa

- 6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### Gestor do Contrato

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **[Anexo III]**

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.5. A aferição[A4] da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1. Disponibilização dos veículos contratados em condições regulares de uso, observadas as especificações técnicas, operacionais e de segurança previstas neste Termo de Referência, durante todo o período de medição;

7.5.2. Cumprimento integral das obrigações contratuais relativas à manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição de peças, acessórios e pneus, de forma a não comprometer a continuidade dos serviços;

7.5.3. Regularidade do funcionamento dos sistemas de rastreamento, monitoramento e gestão de frota, com disponibilização das informações em tempo real e emissão dos relatórios exigidos pela Administração;

7.5.4. Atendimento tempestivo às solicitações da Administração e da fiscalização técnica quanto à substituição de veículos, correção de falhas, ajustes operacionais ou saneamento de irregularidades identificadas durante a execução contratual;

7.5.5. Apresentação correta e tempestiva da documentação necessária à medição e ao pagamento, incluindo nota fiscal/fatura, relatórios mensais de utilização da frota e, quando aplicável, comprovação das despesas eventuais autorizadas.

7.5.6 O não atendimento a qualquer dos critérios acima poderá ensejar a aplicação de glosas proporcionais no valor da fatura mensal, sem prejuízo da adoção de outras medidas administrativas previstas no contrato e na legislação vigente.

#### Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.[A5]

7.7 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período **mensal de execução dos serviços**

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.[A7]

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A8]

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de correção monetária.[A9]

### **Forma de pagamento**

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.



7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A10]

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **Cessão de Crédito[A28]**

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A29]

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A30]

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A31]

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10% (dez por cento)** dias.[A1] [A2]

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;[A3]

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

*9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade [PREGÃO] sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO]*

Regime de Execução[A2]

9.2. O regime de execução do objeto será o de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.1. Adota-se o regime de empreitada por preço unitário em razão de a contratação envolver a locação de veículos tipo van, sem fornecimento de motorista e sem dedicação exclusiva de mão de obra, com remuneração baseada em valor mensal por veículo disponibilizado, conforme quantidades e períodos efetivamente executados. Para maiores detalhes observar a tabela do item 1.1 desse documento.

9.2.2. Nesse regime, o pagamento será realizado de acordo com os valores unitários previamente definidos, multiplicados pela quantidade de veículos contratados e pelo período de execução, assegurando maior controle, transparência e adequação da despesa à efetiva prestação do serviço.

9.2.3. O regime adotado mostra-se o mais adequado ao objeto, por permitir flexibilidade operacional, compatibilidade com a natureza continuada do serviço e aderência às necessidades do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Jurua – DSEI/ARJ.

Exigências[A8] de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A13]

Qualificação Econômico-Financeira[A14]

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *[do último exercício social]* ; já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas [A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de [definir percentual, limitado a 10%] do [valor total estimado da contratação **[valor total estimado da contratação para o período de doze meses – aplicável para o contrato de serviço continuado]** mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação[A18] ;

## Qualificação Econômico-Financeira

### Justificativa

9.25.1. A exigência de qualificação econômico-financeira tem por finalidade assegurar que o licitante possua capacidade financeira mínima para suportar os encargos decorrentes da execução contratual, especialmente no que se refere à manutenção dos veículos, seguros, tributos, despesas operacionais e demais obrigações necessárias à continuidade do serviço durante toda a vigência contratual.

9.25.2. No caso específico da contratação de serviço de locação de veículos tipo VAN, trata-se de prestação continuada que demanda solidez financeira do contratado, a fim de evitar riscos de interrupção do serviço, substituições indevidas de veículos ou descumprimento contratual por incapacidade econômica.

9.25.3. As exigências adotadas observam os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, limitando-se ao último exercício social, de forma a não restringir indevidamente a participação de potenciais interessados.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 1 (um) ano.

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. *O atendimento[A19] dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

9.29. *Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos[A20] :*

*9.29.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e*

*9.29.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.*

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### Qualificação Técnica (A21)

9.31. *Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.*

*9.31.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

## Qualificação Técnica

### Justificativa

9.32. A qualificação técnica exigida restringe-se à comprovação de que o fornecedor possui conhecimento prévio das condições locais, operacionais e administrativas relacionadas à execução do objeto, bem como ciência das obrigações contratuais assumidas.

9.32.1. Considerando que o objeto consiste em serviço comum de locação de veículos, não sendo atividade técnica regulamentada nem demandando profissionais legalmente habilitados, não se exige registro em conselho profissional, em observância ao disposto no art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e à jurisprudência consolidada dos órgãos de controle.

9.32.2. Dessa forma, as exigências estabelecidas são estritamente necessárias para garantir a adequada execução do contrato, sem impor ônus excessivo ou restrições injustificadas à competitividade do certame.

#### Qualificação Técnico-Operacional

9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado:

9.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão comprovar a execução anterior de serviços de locação de veículos automotores, compatíveis com o objeto desta contratação.

9.34.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (UM) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;[A26]

9.34.1.2 (A27) Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.[A28]

9.34.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor. Serão aceitos atestados de capacidade técnica referentes à prestação de serviços de locação de veículos automotores em geral, inclusive veículos de categorias distintas daquelas previstas nesta contratação, desde que demonstrada compatibilidade operacional com o objeto licitado.

9.34.1.4. O fornecedor disponibilizará [A29] todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.34.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

### Qualificação Técnico-Operacional

#### Justificativa

9.35. A exigência de qualificação técnico-operacional visa comprovar que o licitante possui experiência prévia compatível com o objeto da contratação, assegurando sua capacidade de executar serviços de locação de veículos de forma contínua, regular e eficiente.

9.35.1. A comprovação por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado permite à Administração verificar que o fornecedor já executou serviços similares, com grau de complexidade operacional equivalente ou superior, conforme autorizado pelo art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

9.35.2. Ressalta-se que as exigências foram definidas de maneira proporcional, admitindo-se o somatório de atestados e não impondo quantitativos excessivos, de modo a preservar a ampla competitividade e selecionar fornecedor com capacidade operacional efetivamente comprovada.

9.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.



9.37. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### Disposições gerais sobre habilitação

9.38. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.39. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.40. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.41. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.42. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável,[A2] é de R\$.**R\$ 322.608,00** , **(trezentos e vinte dois mil seiscientos e oito reais)** conforme custos unitários apostos na [tabela contida no item 1.1 acima]-

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

v) . Plano interno: [...].

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.[A1]

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].[A1]

12.2. De acordo com o art. 10 da Instrução Normativa Seges/Me nº 81, de 25 de novembro de 2022, ao final da elaboração do TR, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Todas informações relacionadas ao Termo de Referência e outros documentos relacionadas ao processo em questão, estarão disponibilizados nos sites eletrônicos: <http://www.comprasnet.gov.br/> e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

## 13. ANEXO I

### ANEXO I[A1]

#### Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Não aplica-se a contratação pretendida.

## 14. ANEXO II

### ANEXO II

#### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**AQUILA TAYSA ALBUQUERQUE E SILVA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 09:12:25.*

**ROSIMIRO SANTOS DE ARAUJO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 10:27:19.*

**FRANCISCO MANOEL AMORIM DE SOUZA**

Equipe de apoio

Despacho: Aprovo o TR 10/2026. PORTARIA SAA N° 157, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026 Coordenador Distrital Substituto do DSEI Alto Rio Juruá

**RUY BARBOSA DE MOURA FILHO**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 09:24:11.*

## DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - ALTO RIO JURUA

**Estudo Técnico Preliminar 4/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 25032.000104/2026-15

**2. Descrição da necessidade****2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

*(Em atendimento ao art. 9º, inciso I, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022)*

**2.1** O objeto da presente contratação consiste na realização de **licitação, na modalidade Pregão Eletrônico**, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores tipo van**, sem motorista e sem fornecimento de combustível, com **quilometragem livre, seguro total, manutenção preventiva e corretiva**, incluindo reposição de peças, acessórios e pneus, bem como **lavagem, higienização e lubrificação**, destinados ao atendimento das demandas institucionais do **Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Juruá – DSEI/ARJ**, de seus Polos Base e da Casa de Saúde Indígena – CASAI.

**2.2** A necessidade da contratação decorre da demanda permanente por transporte adequado para o deslocamento de **pacientes indígenas e seus acompanhantes**, bem como de **servidores, colaboradores e equipes de saúde**, no âmbito das ações de assistência à saúde indígena desenvolvidas pelo DSEI/ARJ, abrangendo a sede do Distrito, os Polos Base de Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Feijó, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e a CASAI de Mâncio Lima.

**2.3** Os veículos tipo van são essenciais para viabilizar o deslocamento das equipes técnicas do DSEI/ARJ para a execução de atividades continuadas, dentre as quais se destacam:

- I – visitas técnicas aos Polos Base;
- II – monitoramento das ações de imunização;
- III – capacitação e treinamento de profissionais no Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena – SIASI;
- IV – apoio logístico às ações administrativas e assistenciais desenvolvidas no território.

**2.4** Registra-se o aumento da demanda de deslocamento de pacientes oriundos dos Polos Base para a **CASAI de Mâncio Lima**, onde são acolhidos indígenas encaminhados para acompanhamento em unidades de média e alta complexidade, sendo imprescindível a disponibilidade de transporte adequado, seguro e contínuo, especialmente em situações de **urgência e emergência**.

**2.5** Os veículos também são utilizados no suporte às ações executadas pelas Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena – EMSI, bem como aos seguintes programas e atividades:

- I – saúde da mulher;
- II – acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança;
- III – vigilância nutricional;
- IV – prevenção e controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST;
- V – ações de saneamento básico e monitoramento da qualidade da água fornecida pelo Sistema de Abastecimento de Água – SAA implantado nas aldeias.

**2.6** Ressalta-se a relevância da logística no âmbito da Administração Pública, especialmente no que se refere ao transporte de pessoas, o qual, embora caracterizado como atividade-meio, possui caráter estratégico por viabilizar a execução das ações finalísticas de promoção da saúde. No contexto da saúde indígena, a inexistência de transporte adequado compromete diretamente a efetividade das políticas públicas e o acesso da população indígena aos serviços de saúde.

**2.7** A presente contratação torna-se ainda mais necessária em razão do encerramento da vigência do **Contrato nº 07 /2025**, firmado com a empresa **CUNHA LOCAÇÃO SERVIÇOS & TRANSPORTES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 20.357.581/0001-20, cujo objeto era a locação de veículo tipo van, tendo a referida empresa manifestado formalmente **não haver interesse na prorrogação contratual**, inviabilizando a continuidade do serviço por meio do instrumento vigente.

**2.8** A locação de veículos tipo van é imprescindível para assegurar a condução segura e eficiente de pacientes indígenas, equipes técnicas e servidores vinculados ao DSEI/ARJ, possibilitando o acesso oportuno aos serviços de saúde, a redução de riscos e agravos, bem como a continuidade da assistência prestada às comunidades indígenas.

**2.9** A Constituição Federal, bem como as Leis nº 8.080/1990 e nº 9.836/1999, reconhecem as especificidades étnicas e culturais dos povos indígenas e garantem o acesso à atenção integral à saúde, por meio do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, estruturado segundo os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

**2.10** A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, regulamentada pelo Decreto nº 3.156/1999, pela Lei nº 9.836/1999 e pelas Portarias nº 254/2002 e nº 70/2004, estabelece a necessidade de uma abordagem diferenciada, integral e contínua, considerando as particularidades geográficas, sociais e culturais das comunidades indígenas atendidas.

**2.11** Compete ao DSEI a coordenação de uma rede de serviços integrada e articulada com a rede SUS, sendo indispensável a existência de logística eficiente para o transporte de pessoas, especialmente em áreas de difícil acesso, sob pena de comprometimento da assistência à saúde indígena.

**2.12** Diante do exposto, resta evidenciada a **necessidade e urgência da deflagração do procedimento de contratação**, a fim de evitar a descontinuidade dos serviços de locação de veículos tipo van, considerados essenciais e imprescindíveis para o regular funcionamento das ações de saúde indígena desenvolvidas pelo DSEI Alto Rio Juruá, em observância ao interesse público e à garantia do direito fundamental à saúde da população indígena assistida.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG	Aquila Taysa Albuquerque e Silva

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 De acordo com o art. 7º, §2º (IN 40/2020), o item a ser contratado é um serviço de caráter comum;

4.2 . Os serviços de locação a serem prestados serão destinados ao deslocamento;

4.2.1 De servidores e/ou pessoas a serviço do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Juruá que será atendido com a pretensa contratação, bem como de indígenas em tratamento de saúde e seus acompanhantes; e De materiais e insumos estratégicos de saúde;

4.2.2. De encomendas e pequenas cargas tais como: ferramental, instrumentos de trabalho, equipamentos, insumos e outros materiais essenciais ao cumprimento da missão de assistência básica de saúde.

4.2.3. Para atender às necessidades do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Juruá, bem como às comunidades sob sua responsabilidade, será necessária a disponibilização de veículos, conforme definido a seguir e de acordo com as suas respectivas especificações mínimas:

### 4.3. Especificação do Veículo Tipo B/ quantidade 2

**4.3.1. Descrição Geral:** O Veículo Tipo B deve ser uma VAN nova, com no máximo 1 (um) ano de uso, pertencente ao ano vigente. A quilometragem deve ser inferior a 10.000 (dez mil) km rodados.

#### Requisitos Técnicos e Configuração:

- **Modelo:** Tipo VAN, configuração para transporte de passageiros.
- **Combustível:** Diesel S-10.
- **Capacidade de Passageiros:** 15 lugares + 1 (motorista).
- **Potência:** Mínimo de 130 CV.
- **Motor:** Cilindrada mínima de 2.3.
- **Tanque de Combustível:** Capacidade mínima de 80 litros.
- **Cor:** Branca.

#### Equipamentos e Acessórios Obrigatórios:

- Ar condicionado.
- Sistema de som com conexão Bluetooth, USB e rádio.
- Airbags para motorista e passageiro.
- Freios ABS.
- Câmbio: Manual ou automático.
- Direção hidráulica.

#### Manutenção e Segurança:

- Manutenção preventiva e corretiva, incluindo reposição de peças, acessórios e pneus.
- Lavagem e lubrificação periódica.
- Seguro total do veículo.

### 4.4. Finalidade:

4.4.1. O veículo será utilizado para atender às demandas diárias do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Juruá (DSEI/ARJ) e dos Polos Base de abrangência. Também será empregado na substituição temporária de veículos em manutenção. Sua função principal inclui o transporte de pacientes e passageiros, garantindo segurança, conforto e eficiência.

**Observação Final:** O veículo deve atender integralmente às especificações acima descritas, assegurando condições ideais de uso e operação. Este modelo visa suprir deficiências de transporte deste Distrito Sanitário Especial.

4.5 Disponibilizar veículos que atendam aos padrões mínimos de qualidade exigida pela Fiscalização Contratual, tendo em vista as disposições do Termo de Referência;

4.6. A CONTRATADA deverá, possibilitar a substituição dentro do prazo de até 72h (setenta e duas horas) de veículos que estejam em manutenção preventiva ou corretiva ou que se envolvam em acidentes que impeçam o uso regular do veículo pela Contratante.

4.7. A CONTRATADA deverá repor o Veículo Oficial por Veículo Reserva (similar) dentro do prazo de 72h (setenta e duas horas), nas condições descritas abaixo:

- I. No caso dos veículos oficiais não apresentem condições de segurança e conservação adequados à sua utilização, a critério do usuário ou da Fiscalização; ou
- II. Em caso de panes do veículo, acidente, sinistro que implique na perda parcial do veículo e que possam ser recuperados em sua funcionalidade e condições visuais; ou
- III. Os veículos estejam inoperantes devido à manutenção preventiva ou corretiva; ou
- IV. Necessidade de encaminhar os veículos para renovação da documentação junto ao órgão competente; ou
- V. Roubo, furto ou outros fatores que inviabilizem a utilização do veículo.

4.8. Caso não seja possível a substituição por Veículo Reserva, em até 72h (setenta e duas horas), a CONTRATADA estará sujeita ao desconto proporcional ao preço unitário diário de locação deste veículo.

4.9. A CONTRATADA deverá fornecer Veículos Reserva em número suficiente para substituir os veículos em Manutenção Preventiva ou Corretiva, avariados ou impossibilitados de operar, para que não falem veículos, de forma alguma, para atender às necessidades da CONTRATANTE.

4.10. A utilização do Veículo Reserva não deverá ultrapassar o prazo máximo de 60 (sessenta) dias consecutivos, devendo ser repostado pelo Veículo Oficial. Caso não seja possível a reposição pelo Veículo Oficial, o Veículo Reserva deverá ser substituído obrigatoriamente por um veículo com as mesmas especificações solicitadas para os Veículos Oficiais. A quilometragem do veículo a ser repostado deverá ser igual ou inferior à do Veículo Oficial que foi retirado de operação.

4.11. A limpeza interna e externa de todos os tipos de veículos descritos neste Estudo Técnico Preliminar, deverão ser realizadas regularmente no mínimo 3x por mês, ou data a ser pactuada entre a CONTRATANTE e CONTRATADA.

4.12. Quando houver contato de secreções, sangue e/ou excreções com partes internas dos veículos, a contratada deverá providenciar as suas expensas a imediata higienização de modo a eliminar qualquer possibilidade de contaminação de qualquer ocupante do veículo, podendo sub contratar esses serviços.

4.13. A responsabilidade pela manutenção dos veículos está a cargo da CONTRATADA, que deverá apresentar no prazo de até 30 (trinta) dias contados da assinatura do Termo de Contrato, oficina própria e/ou credenciamento nas oficinas localizadas nos municípios que ocorrerá a execução contratual, a fim de evitar descontinuidade na prestação dos serviços.

4.14. Promover o recolhimento do veículo que estiver "parado" nos locais de prestação dos serviços, por problemas de manutenção ou quaisquer outros dessa natureza, providenciar a imediata substituição do veículo que apresentar defeito ou que estiver fora das especificações exigidas, estiver em manutenção (preventiva ou corretiva), em mau estado de conservação ou em caso de furto ou roubo, em até, 72h (setenta e duas horas) sob pena de glosa referente aos veículos parados;

4.15. A contratada deverá utilizar adesivos nas laterais do veículo conforme modelo a ser indicado, com os custos a cargo da CONTRATADA. Abaixo seguem os modelos de adesivos apenas para levantamento de custos, uma vez que em função do período renovação ministerial os adesivos abaixo poderão sofrer alterações no momento da sua aplicação.

#### **4.16. MODELO DE ADESIVO PARA VEÍCULO**

**MS – SESAI**

**GOVERNO FEDERAL**

**PODER EXECUTIVO**

**USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO**

#### **4.17 VIGÊNCIA DO CONTRATO**

4.17.1 A duração inicial do contrato será de **30 (trinta) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, observado o interesse da Administração, **até o limite máximo de 10 (dez) anos**, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.17.2. Os veículos deverão ser entregues no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias**, contados a partir da assinatura do contrato. Excepcionalmente, em caso de ocorrência de **caso fortuito ou força maior**, devidamente comprovados, a CONTRATADA poderá solicitar **dilação de prazo**, limitada ao máximo de **30 (trinta) dias**, mediante apresentação de justificativa formal e documentação comprobatória. A concessão da dilação de prazo ficará **a critério da Administração**, por meio da Coordenação responsável, que analisará a pertinência e a suficiência das justificativas apresentadas, podendo aceitá-las ou indeferi-las, conforme o interesse público e a necessidade do serviço.

#### **VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

DECLARAÇÃO DE VISTORIA previa dos locais, emitida pelo órgão licitador.

4.18 Fica a empresa participante facultada a realizar vistoria Técnica. Entretanto, deverá expressar formalmente as empresas interessadas em participar do certame, caso optem em NÃO realizar a VISTORIA TÉCNICA, devendo comprovar formalmente (Declaração) que possuem o conhecimento total, absoluto e pleno das condicionantes **do Termo de Referencia anexo ao edital** . A licitante deverá realizar visita previa e inspecionar os locais onde serão realizados os serviços, de modo a obter, para a sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidades, toda informação necessária a elaboração da proposta, sendo obrigatória a juntada da DECLARAÇÃO DE VISTORIA ou DECLARAÇÃO que possuem o conhecimento total, absoluto e pleno das condicionantes expressas referente ao certame aos documentos de habilitação.

#### **4.19 TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TRANSIÇÃO CONTRATUAL**

**4.19.1.** O objeto demandado não exige transferência de conhecimento, tecnologias ou técnicas aplicadas, no entanto o DSEI fará o seu Plano de Transição Contratual de modo que não haja a um maior tempo de interrupção dos serviços de modo que não haja a interrupção dos serviços no caso veículo tipo VAN, fazendo um planejamento da saída da denominada "atual" Contratada (se houver) com a vencedora do certame, permitindo desta forma, que haja o início dos serviços objeto do contrato a ser firmado imediatamente após a rescisão do contrato preexistente.



4.19.2. Outro ponto a ser abordado no planejamento é a elaboração de um cronograma para a entrega dos veículos informando o local onde serão realizadas as vistorias, quais documentos deverão ser entregues no momento da assinatura do contrato e quais documentos serão entregues após a assinatura do contrato informando os seus respectivos prazos. Enfim, um resumo das atividades/tarefas necessárias ao início da prestação dos serviços.

4.20. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, baseados na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e no Plano Diretor de Logística Sustentável \(PLS\)](#):

a) Padronização e Eficiência da Frota: Os veículos tipo Van fornecidos deverão ter, no máximo, 01 (um) ano de fabricação em relação ao ano vigente e quilometragem máxima de 10.000 km no momento da entrega. Esta exigência visa assegurar o uso de tecnologias automotivas mais recentes, que garantem maior eficiência energética, menores índices de emissão de poluentes e redução de ruídos, além de aumentar a segurança dos usuários.

b) Logística Reversa de Baterias: Prever a destinação ambiental adequada das baterias usadas ou inservíveis, segundo o sistema de logística reversa disposto na Resolução CONAMA nº 401/2008 e na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), de responsabilidade da contratada ou do fabricante.

c) Produtos de Limpeza e Manutenção: Efetivar práticas de sustentabilidade ambiental quando da manutenção e higienização dos veículos, utilizando produtos biodegradáveis e atóxicos, conforme normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, evitando o desperdício de recursos naturais como água e energia.

d) Destinação de Pneus: Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da manutenção da frota locada, encaminhando-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento licenciadas, conforme a Resolução CONAMA nº 416/2009.

e) Controle de Emissões e Ruídos: Os veículos devem obedecer aos limites máximos de ruídos (Resoluções CONAMA nº 1/1993 e nº 272/2000) e aos limites de emissão de poluentes fixados pelo PROCONVE (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores), atendendo aos padrões vigentes para veículos comerciais leves (fase L7 ou superior).

f) Combustíveis Renováveis: Possibilidade de uso prioritário de combustíveis renováveis (etanol ou biodiesel), nos termos do art. 1º da Lei nº 9.660/1998, sempre que a tecnologia do motor permitir, visando a redução do impacto ambiental durante a execução contratual.

## 5. Levantamento de Mercado

### 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado constitui etapa essencial do Estudo Técnico Preliminar, conforme disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 9º, inciso III, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, tendo como finalidade identificar, analisar e comparar as **alternativas existentes no mercado** capazes de atender à necessidade

administrativa previamente caracterizada, considerando aspectos **técnicos, econômicos, operacionais, ambientais e logísticos**.

No presente caso, o levantamento de mercado foi orientado pelas peculiaridades geográficas, sociais e operacionais do **Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Juruá – DSEI/ARJ**, que atua em território extenso, de difícil acesso, com demanda contínua por transporte seguro e confiável de pacientes indígenas, equipes de saúde, servidores e insumos estratégicos, o que exige soluções maduras, amplamente testadas e compatíveis com a realidade regional.

## **5.1. Opções de Soluções Disponíveis no Mercado com Potencial para Atender à Necessidade Conforme Requisitos da Contratação**

O mercado nacional de transporte institucional e logística pública apresenta diferentes **modelos de solução** para atendimento de demandas de deslocamento de pessoas e materiais. Para fins deste ETP, as soluções foram agrupadas segundo critérios tecnológicos, forma de execução e aderência aos requisitos de sustentabilidade, continuidade e segurança.

### **5.1.1. Escolha da Solução Tecnológica**

#### **5.1.1.1. Solução Tecnológica 1 – Aquisição de Veículos Próprios (Frota Própria)**

A aquisição de veículos tipo van para composição de frota própria da Administração Pública é uma alternativa existente no mercado e, em tese, viável sob o ponto de vista legal.

##### **Vantagens:**

- Incorporação do bem ao patrimônio público;
- Maior autonomia administrativa no uso do veículo;
- Possibilidade de customização do uso conforme necessidade institucional.

##### **Desvantagens:**

- Elevado investimento inicial (CAPEX), com impacto orçamentário significativo;
- Custos recorrentes com manutenção preventiva e corretiva, seguros, licenciamento, gestão de frota e substituição de peças;
- Necessidade de estrutura administrativa especializada para gestão da frota;
- Risco de obsolescência tecnológica;
- Incompatibilidade com a dinâmica operacional do DSEI/ARJ, que demanda rápida substituição de veículos e alta disponibilidade;
- Dificuldade de manutenção em municípios remotos, com risco de paralisação prolongada.

##### **Conclusão:**

Apesar de juridicamente possível, a aquisição de frota própria **não se mostra adequada** ao contexto do DSEI/ARJ, por não atender satisfatoriamente aos princípios da **economicidade, eficiência e continuidade do serviço**, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

#### **5.1.1.2. Solução Tecnológica 2 – Locação de Veículos com Motorista**

A locação de veículos com fornecimento de motorista é amplamente utilizada em determinados contextos administrativos.

##### **Vantagens:**

- Redução da necessidade de servidores condutores;
- Transferência parcial de responsabilidades operacionais à contratada.

#### **Desvantagens:**

- Custo significativamente mais elevado;
- Enquadramento como serviço com dedicação de mão de obra, aumentando riscos trabalhistas;
- Menor flexibilidade operacional;
- Desnecessidade de motorista, considerando que o DSEI já dispõe de condutores;
- Maior complexidade contratual e fiscalizatória.

#### **Conclusão:**

Essa solução **não se mostra economicamente vantajosa** nem tecnicamente necessária, considerando que a necessidade institucional é exclusivamente a disponibilização dos veículos.

#### **5.1.1.3. Solução Tecnológica 3 – Locação de Veículos Tipo Van, sem Motorista, com Manutenção Completa**

A locação operacional de veículos tipo van, sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre, seguro total e manutenção integral, é amplamente ofertada no mercado nacional, inclusive em regiões de difícil acesso.

#### **Vantagens:**

- Eliminação de custos de aquisição e depreciação;
- Transferência integral da responsabilidade de manutenção, seguro e substituição à contratada;
- Garantia de continuidade do serviço;
- Maior previsibilidade orçamentária (OPEX);
- Atendimento integral aos requisitos de sustentabilidade;
- Flexibilidade contratual;
- Rapidez na substituição de veículos inoperantes.

#### **Desvantagens:**

- Dependência contratual de fornecedor externo (mitigada por cláusulas contratuais).

#### **Conclusão:**

Esta solução **é plenamente viável e a mais adequada**, atendendo integralmente às necessidades técnicas, operacionais, ambientais e econômicas do DSEI/ARJ.

#### **5.1.1.4. Escolha da Melhor Solução Tecnológica**

Diante da análise comparativa, conclui-se que a **locação de veículos tipo van, sem motorista, com manutenção completa** é a solução tecnológica que melhor atende ao interesse público, alinhando-se aos princípios da Lei nº 14.133/2021 e às diretrizes da IN SEGES nº 58/2022.

## 5.1.2. Escolha da Solução de Execução

### 5.1.2.1. Possibilidade de Atendimento por Meios Próprios do MS

Considerando a inexistência de capacidade técnica, operacional, logística e financeira do Ministério da Saúde para prover internamente frota própria, manutenção, seguro e substituição imediata de veículos, esta alternativa **não se mostra viável**.

### 5.1.2.2. Contratação de Empresa Especializada

A contratação de empresa especializada em locação de veículos é expressamente prevista na Lei nº 14.133/2021, notadamente nos arts. 6º, inciso XL, e 72, sendo prática consolidada na Administração Pública.

Essa solução permite:

- Transferência de riscos;
- Garantia de disponibilidade;
- Atendimento contínuo às demandas assistenciais;
- Redução de custos indiretos.

### 5.1.2.3. Escolha da Forma de Execução

Diante do exposto, a **contratação de empresa especializada** é a solução mais eficiente, econômica e segura para execução do objeto.

## 5.1.3. Escolha da Solução de Forma de Seleção do Fornecedor

### 5.1.3.1. Participação em IRP

A participação como órgão participante em Intenção de Registro de Preços é, em regra, vantajosa. Contudo, **não há IRP vigente e disponível** que contemple integralmente as especificações técnicas exigidas, conforme o Decreto nº 11.462/2023.

SIASGnet IRP - Google Chrome

Não seguro <https://www2.comprasnet.gov.br/siasgnet-irp/consultarServicoInteresseSubmit.do?method=consultarLista>

ambiente: **PRODUÇÃO** Consultar Serviço Interesse 21/01/2026 10:30:16

**Critério de Consulta**

☒ do Serviço ☐ do Grupo

**Consulta por Descrição**

LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO VAN

**Busca por Radicais**

☒ Contendo a(s) Palavra(s) ☐ Iniciando com a Palavra

**Pesquisar** **Fechar**

Não foi encontrado serviço de interesse com o parâmetro informado

Solução **SERPRO**

### 5.1.3.2. Adesão a ARP

A adesão a ARP de outro órgão também não se mostra viável, seja por inexistência de atas compatíveis, seja pelas restrições do Decreto nº 11.462/2023.

A imagem é uma captura de tela do sistema SIASG net, especificamente o módulo ATA SRP. No topo, há uma barra de navegação com links para Início, Consultas, Adesão, Gestão, Apoio e ícones de menu e usuário. Abaixo, uma barra indica o ambiente como 'PRODUÇÃO' e o título da página como 'Gestão de Ata', com a data e hora '21/01/2028 10:41:53'. O formulário principal contém campos para: Órgão (36000 - MINISTERIO DA SAUDE), UASG do Gestor (257021 - DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO RIO JURUA), Gestor (076.841.514-44 - AQUILA TAYSA ALBUQUERQUE E SILVA), E-mail (aquila.silva@saude.gov.br) e Telefone ((68) 3322-1192). Abaixo desses campos, há duas abas: 'Minhas Solicitações' (ativa) e 'Solicitações Recebidas'. Uma mensagem vermelha indica: 'Nenhuma Solicitação de Adesão encontrada.'

### 5.1.3.3. Contratação Direta

#### 5.1.3.3.1. Inexigibilidade

Inaplicável, pois há pluralidade de fornecedores.

#### 5.1.3.3.2. Dispensa

Inaplicável, por ausência de enquadramento nos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021.

### 5.1.3.4. Realização de Licitação

O objeto é serviço comum, passível de definição objetiva, o que recomenda a adoção da modalidade **Pregão Eletrônico**, conforme art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

#### 5.1.3.5. Escolha da Forma de Seleção

A forma adequada é a **licitação na modalidade Pregão Eletrônico**, pelo critério de **menor preço**.

### 5.1.4. Escolha da Solução de Forma de Contratação

#### 5.1.4.1. Sistema de Registro de Preços

Não indicado, diante da necessidade contínua e imediata.

#### 5.1.4.2. Contrato de Fornecimento Contínuo

Adequado, pois trata-se de disponibilização permanente de veículos.

#### 5.1.4.3. Contrato de Serviço Continuado

Aplica-se ao caso, sem mão de obra dedicada.

#### 5.1.4.5. Escolha da Forma de Contratação

Opta-se pelo **Contrato de Serviço Continuado sem Mão de Obra Dedicada**, com vigência plurianual, conforme arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

## 5.4. Adequação entre a Solução Escolhida e o Atendimento da Necessidade

A solução escolhida é plenamente compatível com a realidade operacional do DSEI/ARJ, assegurando continuidade, segurança, sustentabilidade, previsibilidade de custos e atendimento integral às demandas da saúde indígena.

5.5. Adequação entre Modalidade, Critério de Julgamento e Modo de Disputa

A adoção do **Pregão Eletrônico**, com critério de **menor preço** e **modo de disputa aberto**, está plenamente alinhada à natureza do objeto e à legislação vigente.

5.6. Sugestão de Quadro do Objeto

Item	Descrição do Item	Unidade de Medida
1	Locação de veículo automotor tipo VAN, sem motorista, com manutenção completa, seguro total e quilometragem livre	Unidade/Mês

6. Descrição da solução como um todo

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Descrição Geral da Solução

A solução como um todo consiste na contratação de empresa especializada para a locação operacional de veículos automotores tipo VAN, sem motorista e sem fornecimento de combustível, com quilometragem livre, seguro total e manutenção preventiva e corretiva completa, incluindo reposição de peças, acessórios e pneus, bem como serviços regulares de lavagem, higienização e lubrificação.

A contratação será formalizada por meio de contrato de serviço continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, precedida de licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

A solução visa assegurar, de forma contínua, segura e eficiente, o atendimento das demandas de transporte de pacientes indígenas, acompanhantes, equipes multidisciplinares de saúde, servidores e colaboradores, necessárias à

execução das ações de atenção à saúde indígena no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Juruá – DSEI/ARJ, abrangendo sua sede administrativa, Polos Base e a Casa de Saúde Indígena – CASAI.

## 6.2. Abrangência e Forma de Execução

A prestação dos serviços ocorrerá de forma descentralizada, com disponibilização e utilização dos veículos na área de abrangência do DSEI Alto Rio Juruá, compreendendo a sede do Distrito, os Polos Base e a CASAI, localizados nos municípios de Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Feijó, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Mâncio Lima, no Estado do Acre. Para o serviço pretendido os seguintes locais serão agraciados coo serviço: SEDE DO DSEI /ARJ, CASAI, POLO Tarauacá e Feijó,

A execução deverá observar as particularidades **geográficas, logísticas e operacionais** da região, caracterizada por extensas distâncias, trechos de difícil acesso e necessidade permanente de transporte institucional.

## 6.3. Vigência Contratual e Prazo de Entrega

O contrato terá **vigência inicial de 30 (trinta) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser **prorrogado sucessivamente**, desde que demonstrado o interesse da Administração, até o limite máximo de **10 (dez) anos**, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Os veículos deverão ser entregues pela contratada no **prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias**, contados da assinatura do contrato, admitida, de forma **excepcional**, a prorrogação do prazo, desde que **devidamente justificada e comprovada**, ficando sua aceitação a critério da Administração.

## 6.4. Regime de Execução e Remuneração

A execução do objeto dar-se-á sob o regime de **empreitada por preço unitário**, considerando a natureza continuada do serviço, com remuneração vinculada à **disponibilização mensal dos veículos**, assegurando **previsibilidade orçamentária, controle de custos e adequada fiscalização contratual**.

## 6.5. Detalhamento dos Serviços a Serem Prestados

6.5.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar **02 (dois) veículos automotores tipo VAN**, conforme as especificações técnicas definidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

6.5.2. A execução dos serviços será iniciada após a entrega e aceitação de todos os veículos, observado o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da assinatura do contrato.

6.5.3. Os veículos permanecerão disponíveis de forma **permanente** durante toda a vigência contratual, exclusivamente para atendimento das necessidades institucionais do DSEI/ARJ.

6.5.4. A CONTRATADA deverá assegurar **franquia de quilometragem livre**, não sendo admitida qualquer cobrança adicional em função da distância percorrida.

6.5.5. A responsabilidade pela **manutenção preventiva e corretiva** dos veículos será integralmente da CONTRATADA, incluindo substituição imediata por veículo similar ou superior em caso de falha, avaria, sinistro ou indisponibilidade.

6.5.6. O combustível necessário à utilização dos veículos será fornecido pela CONTRATANTE.

6.5.7. Os veículos deverão ser **novos ou seminovos**, com no máximo **01 (um) ano de fabricação** ou **10.000 km rodados**, garantindo maior confiabilidade, segurança e eficiência operacional.

## 6.6. Seguro, Substituição e Continuidade do Serviço

6.6.1. A CONTRATADA deverá manter **seguro total** para os veículos durante toda a vigência contratual, com cobertura contra roubo, furto, incêndio, colisão, danos materiais, danos pessoais e danos a terceiros.

6.6.2. Em caso de necessidade de retirada do veículo de circulação, a CONTRATADA deverá providenciar a **substituição no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas**, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

6.6.3. Em nenhuma hipótese a necessidade de manutenção permitirá a interrupção das atividades institucionais do DSEI/ARJ.

6.7. Sustentabilidade e Conformidade Ambiental

Os veículos disponibilizados deverão atender aos **limites máximos de emissão de poluentes e ruídos**, conforme as normas do **CONAMA** e do **PROCONVE**, bem como possibilitar o uso de **combustíveis renováveis**, nos termos da Lei nº 9.660/1998, alinhando-se às diretrizes do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**.

6.8 A ficha de vistoria deverá conter no mínimo as seguintes informações:

FICHA DE VISTORIA PARA RECEBIMENTO DE VEÍCULO							
FISCAL DO CONTRATO:	CONTRATO	DATA:					
CONTRATADA:		PREPOSTO:					
MARCA /MODELO	PLACA	CHASSI	RENAVAN:				
COMBUSTÍVEL:	NÍVEL:	ANO/FAB/ MOD	COR:	ODÔMETRO:			
EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS	SIM	NÃO	N /A	CONDIÇÕES DA LATARIA E PINTURA	S E M AVARIAS	COM AVARIAS	OBSERVAÇÕES
CHAVES DE RODAS				CAPÔ			
TRIÂNGULO				PARACHOQUE DIANTEIRO			
MACACO				PARALAMAS DO LADO DIREITO			
ESTEPE				PORTAS DO LADO DIREITO			
ENGATE /REBOQUE				T A M P A TRASEIRA			
CHAVE E CHAVE RESERVA				PARALAMAS DO L A D O ESQUERDO			
EXTINTOR (NÃO OBRIGATÓRIO				PORTAS DO LADO ESQUERDO			
DOCUMENTAÇÃO E OUTROS NECESSÁRIOS:							
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO:							
CÓPIA DA APÓLICE DO SEGURO TOTAL:							
LOCAL/DATA:							
RESPONSÁVEIS PELA VISTORIA	DSEI	ASSINATURA	CONTRATADA	ASSINATURA			
	NOME:		NOME:				



	SIAPI:		RG:	
	CONTATO:		CONTATO:	
	E-MAIL:		E-MAIL:	

### 7. LOCAL DE ENTREGA DOS VEÍCULOS

Visando permitir uma melhor distribuição dos veículos, foi elaborada a planilha abaixo com a definição dos locais onde os veículos deverão ser entregues, bem como, as quantidades e os locais por unidade atendida.

LOCAL DE ENTREGA DOS VEÍCULOS	UNIDADE ATENDIDA	QUANTIDADE DE VEICULOS VAN
Rua formoso, nº 225, Bairro Formoso CEP: 69980-000	SEDE DO DISTRITO	01
	CASAI/ARJ	01

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

### 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

#### 7.1. Fundamentação Legal

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada em observância ao disposto no **art. 18, inciso IV**, e no **art. 23** da Lei nº **14.133/2021**, bem como ao **art. 9º, inciso IV**, da Instrução Normativa SEGES nº **58/2022**, os quais estabelecem que o Estudo Técnico Preliminar deve conter a definição do quantitativo necessário, devidamente justificada com base em dados concretos, histórico de consumo e necessidade administrativa.

Embora a Lei nº 8.666/1993 tenha sido revogada, adota-se, por analogia, o entendimento consolidado de que a estimativa de quantidades deve refletir a **real demanda do órgão**, considerando o consumo histórico, a experiência administrativa e a previsibilidade de utilização do objeto.

#### 7.2. Metodologia Utilizada para a Estimativa

A definição do quantitativo não se baseia em simples projeção matemática, mas em **análise técnica e operacional**, considerando:

- I – o **histórico de utilização** dos serviços de locação de veículos tipo van no âmbito do DSEI/ARJ;
- II – a **manutenção do padrão atual de atendimento**, sem ampliação ou redução da capacidade operacional;
- III – a **natureza continuada do serviço**, com utilização permanente dos veículos;
- IV – a **ausência de criação de novas unidades**, ampliação de polos base ou incremento estrutural de atividades que justifique aumento da frota;

V – a **experiência acumulada da Administração**, que demonstra o quantitativo mínimo necessário para garantir a continuidade dos serviços essenciais de saúde indígena.

7.3. Série Histórica e Referência Contratual

O quantitativo proposto está fundamentado na **execução do contrato anteriormente vigente**, no qual foram disponibilizados **02 (dois) veículos tipo VAN**, os quais se mostraram **suficientes para atender à demanda operacional do DSEI Alto Rio Juruá**, sem registro de déficit de atendimento, paralisação de atividades ou necessidade de ampliação da frota.

Durante a vigência do contrato anterior, os veículos foram utilizados de forma **contínua e intensiva**, atendendo:

- transporte de pacientes indígenas e acompanhantes para a CASAI;
- deslocamento de equipes multidisciplinares de saúde;
- apoio logístico às ações assistenciais e administrativas.

Não foram identificados elementos objetivos que indiquem **subdimensionamento**, tampouco fatores supervenientes que justifiquem **aumento do quantitativo**.

7.4. Justificativa da Quantidade Estimada

Diante do exposto, a estimativa de **02 (dois) veículos tipo VAN** mostra-se **adequada, suficiente e proporcional** para atendimento da necessidade administrativa, considerando que:

- I – o quantitativo reproduz a **capacidade operacional já testada**;
- II – garante a **continuidade do serviço**, sem risco de desassistência;
- III – evita **superdimensionamento**, o que poderia gerar desperdício de recursos públicos;
- IV – assegura **economicidade e eficiência**, em consonância com os princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

7.5. Ausência de Memória de Cálculo Tradicional

Registra-se que, dada a **natureza continuada e permanente do serviço**, não é tecnicamente aplicável a elaboração de memória de cálculo baseada em consumo variável, volumes mensais ou eventos pontuais.

A estimativa decorre de **demandas institucionais fixas**, cuja necessidade não sofre variações sazonais relevantes, sendo, portanto, **legítima a utilização de critérios qualitativos**, amparados em série histórica, experiência administrativa e análise de risco operacional.

Tal entendimento está alinhado à jurisprudência dos órgãos de controle, que admitem a estimativa por **suficiência operacional comprovada**, quando devidamente justificada.

Item	Descrição do Objeto	Unidade de Medida	Quantidade
1	Locação de veículo automotor tipo VAN, sem motorista, com manutenção completa, seguro total e quilometragem livre	Unidade/Mês	02

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.760.664,24

## 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(Em atendimento ao art. 18, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e à Instrução Normativa SEGES nº 65/2021)

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em **pesquisa de preços realizada conforme os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa SEGES nº 65/2021**, utilizando fontes formais, confiáveis e compatíveis com o objeto pretendido, observando-se os princípios da economicidade, razoabilidade e vantajosidade para a Administração Pública.

Para a composição do preço estimado, foram utilizados, de forma combinada:

- **Inciso I do art. 5º da IN SEGES nº 65/2021** – Painel de Preços / Compras.gov.br;
- **Inciso II do art. 5º da IN SEGES nº 65/2021** – Contratações similares de outros entes públicos, devidamente formalizadas e vigentes.

As fontes selecionadas contemplam contratos administrativos e atas de registro de preços com **objeto equivalente**, notadamente a **locação de veículos tipo VAN**, sem fornecimento de motorista e combustível, sob regime de quilometragem livre, com manutenção preventiva e corretiva e lavagem sob responsabilidade da contratada, classificados no **CATSER 4014**.

### 8.1 Descrição do Objeto Considerado na Estimativa

**CATSER:** 4014

#### **Descrição:**

Serviço para locação de veículo tipo VAN, sob o regime de quilometragem livre. A contratação exclui o fornecimento de motorista e combustível, permanecendo a manutenção e a lavagem sob a responsabilidade da empresa contratada.

### 8.3 Metodologia de Cálculo

O valor unitário mensal estimado de **R\$ 13.442,00** foi definido a partir da análise crítica das cotações obtidas no **Compras.gov.br**, bem como de **contratos administrativos similares celebrados por órgãos públicos**, considerados compatíveis em termos de especificações técnicas, regime de execução, natureza do serviço e condições de mercado.

O valor mensal total foi obtido pela multiplicação do valor unitário mensal pela quantidade estimada de **02 (dois) veículos**, resultando em **R\$ 26.884,00**.

O valor total anual decorre da multiplicação do valor mensal total pelo período de **12 (doze) meses**, alcançando o montante de **R\$ 322.608,00**.

### 8.4 Conclusão da Estimativa

A estimativa do valor da contratação mostra-se **compatível com os preços praticados no mercado**, refletindo adequadamente a realidade regional e as características do objeto a ser contratado, sem sobrepreço ou subavaliação. Os valores apurados estão em consonância com contratações públicas similares, atendendo aos critérios estabelecidos pela IN SEGES nº 65/2021 e aos princípios que regem as contratações públicas.

A Memoria de calculo e todos seu Histórico encontra em anexo I

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

### 9. DO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

*(Em atendimento ao art. 9º, inciso VII, da IN SEGES nº 58/2022)*

9.1. O parcelamento da solução constitui regra geral nas contratações públicas, devendo a licitação ser realizada por item sempre que o objeto for divisível, desde que não haja prejuízo ao conjunto da solução, à eficiência operacional ou à economia de escala, com vistas a ampliar a competitividade e a participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para executar a totalidade do objeto, possam atender a partes autônomas da contratação.

9.2. No entanto, no caso concreto, o objeto da contratação — **locação operacional de veículos automotores tipo van**, sem motorista e sem fornecimento de combustível — **configura solução unitária**, considerando que os veículos possuem **especificações técnicas homogêneas**, mesma finalidade operacional, condições uniformes de execução, manutenção, seguro, rastreamento e gestão contratual, além de estarem destinados ao atendimento contínuo das demandas do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Juruá – DSEI/ARJ.

9.3. Ademais, é prática consolidada no mercado de locação de veículos que a prestação dos serviços seja executada por **uma única empresa contratada**, uma vez que os serviços associados à locação — tais como manutenção preventiva e corretiva, seguro total, substituição de veículos, gestão de frota e atendimento técnico — são **intrinsecamente interdependentes**, de modo que o eventual parcelamento poderia acarretar dificuldades operacionais, aumento de custos administrativos, riscos à continuidade do serviço e prejuízos à eficiência da execução contratual.

9.4. Dessa forma, optou-se pela **contratação por item único**, contemplando a **locação de 02 (dois) veículos automotores tipo van**, pelo período contratual estabelecido, sendo adotado como **critério de julgamento o menor preço por item**, nos termos da legislação vigente.

9.5. A opção pelo item único preserva a competitividade do certame, não restringe a participação de potenciais licitantes, assegura economia de escala, facilita a gestão e a fiscalização contratual e garante maior confiabilidade, padronização e eficiência na execução do objeto, atendendo plenamente ao interesse público e às necessidades operacionais do DSEI/ARJ.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 O objeto da presente demanda está diretamente relacionado a duas outras demandas que são a disponibilização de motoristas e o fornecimento de combustíveis.

10.2. O Contrato de Motorista que permitirá o dimensionamento dos quantitativo de motoristas que serão empregados em função do contrato de locação de veículos permitindo desta forma que o DSEI cumpram as suas funções institucionais.

10.3. Já a segunda contratação correlata é o fornecimento de combustíveis, que pode ser realinhada de acordo com as demandas visando alcançar uma maior vantagem para a Administração no que diz respeito ao princípio da economicidade.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. As ações de atenção integral à saúde indígena têm como finalidade a promoção de medidas preventivas, assistenciais e contínuas, voltadas ao atendimento das necessidades específicas da população indígena, respeitando seus saberes tradicionais, suas diferenças étnicas e culturais e os princípios da equidade e da integralidade. Nesse contexto, o acesso a serviços essenciais, tais como segurança alimentar e educacional, moradia, medicamentos e meios de locomoção adequados, constitui direito fundamental, devendo ser assegurado de forma suficiente, ininterrupta e permanente.

11.2. Cada Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI é responsável pela coordenação de uma rede de serviços integrada, hierarquizada e articulada com o Sistema Único de Saúde – SUS, voltada à atenção básica à saúde nas áreas indígenas sob sua abrangência. Para o adequado funcionamento dessa rede, faz-se indispensável a existência de logística eficiente, especialmente no que se refere ao transporte de pacientes, acompanhantes, equipes de saúde, servidores e insumos, considerando as grandes distâncias, as condições geográficas adversas e a dispersão territorial das comunidades atendidas.

11.3. A presente contratação encontra-se alinhada às diretrizes estabelecidas no Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, que dispõe sobre o Plano de Contratações Anual e institui o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, notadamente quanto aos seguintes objetivos:

- I – racionalização das contratações, por meio do planejamento prévio e da padronização de soluções, visando à obtenção de economia de escala e à redução de custos processuais;
- II – alinhamento com o planejamento estratégico institucional, com o Plano Diretor de Logística Sustentável e com os demais instrumentos de governança;
- III – subsídio à elaboração das leis orçamentárias;
- IV – prevenção do fracionamento indevido de despesas; e
- V – sinalização ao mercado fornecedor, de modo a ampliar a competitividade e fortalecer o diálogo com os potenciais interessados.

11.4. A demanda encontra-se devidamente registrada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC, integrando o Plano Anual de Contratações – PAC/PGC referente ao exercício de 2026, em conformidade com a normativa vigente.

11.5. Dessa forma, a contratação mostra-se plenamente justificada e alinhada ao planejamento institucional, constituindo instrumento essencial para o cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, ao assegurar o acesso contínuo e seguro à atenção integral à saúde e ao contribuir para a mitigação dos fatores de vulnerabilidade que historicamente afetam essa população.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação de empresa especializada para a locação operacional de veículos automotores tipo van, sem motorista, proporcionará benefícios diretos e indiretos à Administração Pública e à população indígena atendida pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Juruá – DSEI/ARJ, contribuindo de forma efetiva para o fortalecimento da logística de transporte necessária à execução das ações de atenção integral à saúde indígena.

12.2. Como principal benefício, destaca-se a **garantia da continuidade dos serviços de transporte**, assegurando o deslocamento regular e seguro de pacientes indígenas, acompanhantes, equipes multidisciplinares de saúde, servidores e insumos estratégicos, mesmo em regiões de difícil acesso, reduzindo riscos de interrupções assistenciais e fortalecendo a resolutividade das ações de saúde.

12.3. A solução adotada promove **maior eficiência administrativa e operacional**, uma vez que transfere à empresa contratada a responsabilidade integral pela manutenção preventiva e corretiva, seguro total, substituição de veículos e demais encargos operacionais, permitindo que a Administração concentre seus esforços nas atividades finalísticas do DSEI, sem a necessidade de estrutura própria de gestão de frota.

12.4. Sob o aspecto econômico, a contratação gera **previsibilidade orçamentária e melhor controle dos custos**, uma vez que os gastos passam a ser classificados como despesas correntes (OPEX), evitando investimentos iniciais elevados (CAPEX), riscos de depreciação dos bens, custos imprevistos com manutenção e despesas extraordinárias decorrentes de falhas mecânicas ou sinistros.

12.5. A locação operacional de veículos contribui para a **mitigação de riscos administrativos, financeiros e operacionais**, ao assegurar a substituição imediata de veículos inoperantes, a cobertura por seguro total e a redução da exposição da Administração a passivos relacionados à gestão de frota, acidentes, perdas patrimoniais e indisponibilidade prolongada de veículos.

12.6. A contratação também promove **ganhos em sustentabilidade**, ao incentivar o uso de veículos mais novos, com melhor desempenho ambiental, menor emissão de poluentes, maior eficiência energética e conformidade com os limites estabelecidos pelas normas ambientais vigentes, em alinhamento ao Plano Diretor de Logística Sustentável e às políticas públicas de sustentabilidade da Administração Federal.

12.7. Do ponto de vista da qualidade do serviço público, a solução adotada proporciona **maior segurança e conforto aos usuários**, garantindo veículos em condições adequadas de uso, regularmente higienizados, revisados e segurados, o que impacta positivamente a experiência dos pacientes indígenas e das equipes de saúde durante os deslocamentos.

12.8. Ademais, a contratação amplia a **flexibilidade operacional do DSEI/ARJ**, permitindo o remanejamento dos veículos conforme as necessidades assistenciais, variações de demanda e ajustes no planejamento das ações de saúde, sem a rigidez típica da gestão de frota própria.

12.9. Por fim, a contratação reforça a **aderência aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público**, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, consolidando-se como solução adequada, vantajosa e sustentável para o atendimento das demandas de transporte no âmbito da saúde indígena.

## 13. Providências a serem Adotadas

### 13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Para a adequada implementação da solução proposta, faz-se necessária a adoção de providências administrativas, técnicas e operacionais previamente à formalização da contratação, de modo a assegurar o regular processamento do certame, a execução eficiente do contrato e o atendimento contínuo às necessidades do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Juruá – DSEI/ARJ.

13.2. Como providência inicial, deverá ser formalizada e validada a demanda no Documento de Formalização da Demanda (DFD), devidamente cadastrada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC, em compatibilidade com o Plano Anual de Contratações (PAC), observando-se os prazos, diretrizes e limites orçamentários estabelecidos.

13.3. Deverá ser concluída e aprovada a designação formal da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) e dos fiscais do contrato, nos termos dos arts. 7º e 8º da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.246/2022, garantindo a segregação de funções e a adequada governança do processo.

13.4. Compete à Equipe de Planejamento da Contratação a finalização e validação do Estudo Técnico Preliminar (ETP), contemplando todas as análises exigidas pela IN SEGES nº 58/2022, bem como a consolidação da matriz de riscos, em consonância com a natureza continuada do serviço.

13.5. Deverá ser elaborado, revisado e aprovado o Termo de Referência, com definição clara e objetiva do objeto, das especificações técnicas, das obrigações da contratada e da contratante, dos critérios de medição e pagamento, das sanções, das condições de execução, bem como das exigências de sustentabilidade e desempenho, assegurando aderência ao ETP.

13.6. Após a definição do Termo de Referência, deverá ser realizada a estimativa do valor da contratação, com base em pesquisa de preços válida, atualizada e compatível com o mercado, observando-se as diretrizes da IN SEGES nº 65/2021 e as orientações do Tribunal de Contas da União, de modo a subsidiar a reserva orçamentária.

13.7. Deverá ser verificada a disponibilidade orçamentária e financeira, com a emissão da respectiva declaração de adequação orçamentária, em conformidade com a legislação vigente e com as leis orçamentárias aplicáveis.

13.8. Cumpridas as etapas de planejamento, deverá ser promovida a instauração do procedimento licitatório, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, com elaboração e aprovação do edital e seus anexos, observando-se os princípios da competitividade, isonomia, publicidade e julgamento objetivo.

13.9. Após a homologação do certame, deverá ser providenciada a formalização do contrato administrativo, com definição da vigência inicial, possibilidade de prorrogação, critérios de reajuste, mecanismos de gestão e fiscalização, bem como a publicação dos atos pertinentes, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13.10. Previamente ao início da execução contratual, deverão ser adotadas providências para o recebimento, vistoria e aceite dos veículos, com verificação da documentação, das condições técnicas, dos seguros contratados e da conformidade com as especificações estabelecidas, registrando-se os procedimentos em relatórios próprios.

13.11. Durante a execução contratual, deverá ser estruturado o fluxo de acompanhamento, fiscalização e gestão do contrato, com definição de rotinas de comunicação com a contratada, registros formais de ocorrências, controles de disponibilidade dos veículos, aplicação de penalidades quando cabíveis e avaliação contínua do desempenho contratual.

13.12. Por fim, deverão ser adotadas providências para a integração da contratação com os contratos correlatos, especialmente aqueles relacionados à disponibilização de motoristas e ao fornecimento de combustíveis, de forma a assegurar coerência operacional, eficiência logística e atendimento pleno às necessidades assistenciais do DSEI/ARJ.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1.3. Recolhimento do óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

14.1.4. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata; e

14.1.4.2. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA.

14.1.6. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e nº 315, de 29/10 /2002, e legislação correlata.



## 15. Mapa de Riscos (ou Matriz de Riscos)

15.1 O Mapa de Riscos constitui instrumento essencial do planejamento da contratação, tendo por finalidade identificar, analisar, avaliar e tratar os principais eventos que possam comprometer o alcance dos objetivos pretendidos com a contratação, seja sob o aspecto técnico, operacional, administrativo, financeiro ou jurídico.

15.2. No âmbito desta contratação, a Matriz de Riscos foi elaborada de forma compatível com a natureza do objeto — serviço continuado de locação de veículos tipo VAN, sem dedicação exclusiva de mão de obra — observando-se as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, especialmente o disposto em seu art. 22, bem como as orientações constantes da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022.

15.3 A identificação dos riscos considerou as etapas de planejamento, seleção do fornecedor e execução contratual, contemplando, entre outros, riscos relacionados à indisponibilidade dos veículos, falhas na manutenção preventiva e corretiva, atrasos na substituição de veículos inoperantes, descumprimento das especificações técnicas, variações de preços de insumos, bem como riscos administrativos decorrentes de falhas na fiscalização contratual.

15.4. Para cada risco identificado, foram definidos o nível de probabilidade e o impacto potencial, permitindo sua classificação quanto à criticidade, bem como a atribuição objetiva de responsabilidades entre a Administração e a contratada, em consonância com o princípio da alocação eficiente de riscos.

15.6 Adicionalmente, foram previstas medidas preventivas e mitigadoras, tais como exigência de manutenção regular, prazos máximos para substituição de veículos, previsão de penalidades contratuais, rotinas de fiscalização, registros formais de ocorrências e mecanismos de acompanhamento da execução, com o objetivo de reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos de risco ou minimizar seus impactos.

15.7. Dessa forma, o Mapa de Riscos contribui para o fortalecimento da governança da contratação, para a segurança jurídica do procedimento e para a continuidade dos serviços essenciais prestados pelo DSEI/ARJ, assegurando maior previsibilidade, eficiência e controle ao longo de toda a vigência contratual.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Diante das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, especialmente quanto à caracterização da necessidade, à definição da solução como um todo, à estimativa das quantidades, à pesquisa e análise de preços, bem como à avaliação dos riscos envolvidos, **declara-se viável a contratação** de empresa especializada para a prestação de serviços de **locação de veículos automotores tipo van**, sem motorista e sem fornecimento de combustível, sob o regime de quilometragem livre, com manutenção preventiva e corretiva, seguro total e demais condições estabelecidas.

Verificou-se que a solução proposta é **adequada, necessária e proporcional** para atender às demandas permanentes de transporte do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Juruá – DSEI/ARJ, assegurando a continuidade das ações de atenção à saúde indígena, em consonância com a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e com as especificidades geográficas, logísticas e operacionais da região de abrangência.

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em **pesquisa de preços realizada conforme a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65 /2021**, utilizando fontes oficiais do Governo Federal e contratações similares realizadas por entes da Administração Pública, tendo sido constatada a **compatibilidade dos valores com os praticados no mercado**, bem como a vantajosidade econômica da solução escolhida.

Ademais, a contratação encontra-se **alinhada ao Planejamento Anual de Contratações – PAC/PGC**, observando os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da transparência e da segregação de funções, além de possuir previsão orçamentária compatível com a natureza e a duração do contrato.

Dessa forma, à luz dos elementos técnicos, administrativos, econômicos e legais analisados, **resta comprovada a viabilidade técnica, econômica e operacional da contratação**, recomendando-se o prosseguimento do processo licitatório, nos termos da legislação vigente.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FRANCISCO MANOEL AMORIM DE SOUZA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 10/02/2026 às 10:39:40.*

**ROSIMIRO SANTOS DE ARAUJO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 10/02/2026 às 09:37:39.*

**AQUILA TAYSA ALBUQUERQUE E SILVA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 10/02/2026 às 10:47:01.*

Despacho: Aprovo a minuta do ETP 4/2026. PORTARIA SAA Nº 157, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026 Coordenador Distrital Substituto do DSEI  
Alto Rio Juruá

**RUY BARBOSA DE MOURA FILHO**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 10/02/2026 às 11:14:03.*

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - ALTO RIO JURUA

Contrato 5/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	257021-DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - ALTO RIO JURUA	AQUILA TAYSA ALBUQUERQUE E SILVA	09/02/2026 11:42 (v 0.4)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25032.000104/2026-15

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

(Processo Administrativo nº 25032.000104/2026-15)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) ..... E .....

A [União] OU [Autarquia XXXXX] OU [Fundação XXXXXX][A1] , por intermédio do(a) [órgão contratante] , com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado (a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] OU [Concorrência] OU [Dispensa de Licitação] OU [Inexigibilidade de Licitação] nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.[A2]

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de prestação de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra, consistentes na locação de veículos automotores tipo Van, sem motorista e sem combustível, com fornecimento de todos os serviços acessórios necessários à plena disponibilidade, operação e conservação dos veículos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

--	--	--	--	--	--	--

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<u>Serviço para locação de veículo tipo Van, sob o regime de quilometragem livre. A contratação exclui o fornecimento de motorista e combustível, permanecendo a manutenção e a lavagem sob a responsabilidade da empresa contratada.</u>	<u>4014</u>	<u>UND</u>	<u>2</u>		
2						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. ~~[O Edital da Licitação] OU [A Autorização de Contratação Direta] OU [O Aviso de Dispensa Eletrônica];~~

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

~~2.1. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.~~

**OU**

2.3. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) meses contados do(a) data de assinatura do contrato**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3.1. A fixação do prazo inicial de vigência de **30 (trinta) meses** justifica-se em razão da natureza continuada do objeto, da necessidade permanente de disponibilidade de veículos para atendimento das atividades institucionais do DSEI Alto Rio Juruá, bem como da busca pela maior eficiência administrativa, economicidade e redução de custos operacionais decorrentes da rotatividade contratual, nos termos do art. **11 da Lei nº 14.133, de 2021.**

2.4. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:*

2.4.1. *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*

2.4.2. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*

2.4.3. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*

2.4.4. *Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;*

2.4.5. *Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e*

2.4.6. *Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin[A2]).*

2.5. *O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.6. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.7. *Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.*

2.8. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

**OU**

~~2.9. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo – máximo de um ano] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A3].~~

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. *O valor mensal da contratação é de R\$ **R\$ 26.884,00** (vinte e seis oitocentos e oitenta e quatro reais), perfazendo o valor total de **R\$ 322.608,00** (trezentos e vinte dois mil seiscentos e oito reais )*

**OU**

~~5.2. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)~~

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.[A1]*

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1 O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1 A Administração terá o prazo de **120 (cento vinte) DIAS**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.[A1]

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **120(cento e vinte) dias** ;[A2]

*8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais[A3] ;*

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A2]

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO[A3] ;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;



9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

~~9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));~~

~~9.36. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.[A4];~~

~~9.37. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;~~

~~9.38. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.[A5];~~

~~9.38.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.~~

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*
- 10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*
- 10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*
- 10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*
- 10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
- 10.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A2]*
- 10.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
- 10.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A3]*
- 10.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*
- 10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*
- 10.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*
- 10.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*
- 10.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A4]*

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.[A1]*

**11.1.1. Considerando a natureza do objeto, o baixo grau de complexidade técnica e os mecanismos de controle previstos no contrato e no Termo de Referência, a Administração optou por não exigir garantia contratual.**

**OU**

~~11.2. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.~~

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

~~13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.~~

~~13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.~~

~~13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:~~

~~13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e~~

~~13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual~~

**OU**

13.4. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A1] .

13.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.7. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A2]

**OU**

~~13.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A3] contraentes.~~

13.9. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.10. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.12. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.13. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.13.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.13.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.13.3. Das indenizações e multas.

13.14. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.15. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.15.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.15.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.16. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A1]

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

15.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.[A1]*

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A1]

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Cruzeiro do Sul/AC, Seção Judiciária de Cruzeiro do Sul/AC, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

1-

2- [A1]

## 19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

**AQUILA TAYSA ALBUQUERQUE E SILVA**

Aquila Taysa Albuquerque e Silva Chefe do SELOG/DSEI-ARJ PORTARIAS DE 23 DE MAIO DE 2018



*Assinou eletronicamente em 09/02/2026 às 11:42:45.*

## ANEXO III

### INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR

#### 1. Finalidade

O presente Instrumento de Medição de Resultados – IMR tem por finalidade estabelecer critérios objetivos para avaliação da qualidade e da regularidade da execução dos serviços de **locação de veículos**, possibilitando o acompanhamento, a mensuração do desempenho contratual e a aplicação de glosas ou sanções, quando cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### INDICADOR 1 – DISPONIBILIDADE DOS VEÍCULOS

Item	Descrição
<b>Finalidade</b>	Garantir a disponibilidade contínua dos veículos contratados para atendimento das necessidades do Contratante.
<b>Meta</b>	100% dos veículos disponíveis, em condições adequadas de uso, durante o período de apuração.
<b>Instrumento de Medição</b>	de Planilha de controle de disponibilidade dos veículos.
<b>Forma de Acompanhamento</b>	de A fiscalização do contrato realizará acompanhamento periódico da disponibilidade dos veículos, registrando ocorrências na planilha de controle.
<b>Periodicidade</b>	Trimestral
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	O número de ocorrências no período refletirá o percentual de atingimento da meta ou a glosa correspondente.
<b>Faixas de Ajuste no Pagamento</b>	0 a 5 ocorrências: 100% da fatura6 a 8 ocorrências: 95% da fatura9 a 12 ocorrências: 90% da fatura13 a 20 ocorrências: 85% da fatura
<b>Sanções</b>	Mais de 20 ocorrências caracterizam inexecução parcial, sujeita às sanções contratuais, podendo ensejar rescisão.

#### INDICADOR 2 – MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

Item	Descrição
<b>Finalidade</b>	Garantir que os veículos permaneçam em perfeitas condições mecânicas e de segurança.
<b>Meta</b>	100% das manutenções realizadas nos prazos e condições estabelecidos no contrato.
<b>Instrumento de Medição</b>	Registros de manutenção e planilha de controle.
<b>Forma de Acompanhamento</b>	de Conferência dos registros e relatórios apresentados pela Contratada.
<b>Periodicidade</b>	Trimestral
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Ocorrências de atraso ou não execução impactam diretamente no percentual de atingimento da meta.

## ANEXO III

### INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR

Item	Descrição
<b>Faixas de Ajuste no Pagamento</b>	Aplicação de glosa proporcional conforme número de ocorrências.
<b>Sanções</b>	Ocorrências reiteradas configuram inexecução parcial ou total.

#### INDICADOR 3 – SUBSTITUIÇÃO DE VEÍCULOS

Item	Descrição
<b>Finalidade</b>	Assegurar a substituição tempestiva de veículos indisponíveis, avariados ou inadequados.
<b>Meta</b>	Substituição realizada dentro do prazo contratual em 100% das ocorrências.
<b>Instrumento de Medição</b>	Ordem de serviço e planilha de controle.
<b>Forma de Acompanhamento</b>	Verificação do prazo entre a comunicação e a efetiva substituição.
<b>Periodicidade</b>	Trimestral
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Atrasos geram redução proporcional do pagamento.
<b>Sanções</b>	Descumprimento reiterado sujeita a Contratada às penalidades previstas em contrato.

#### INDICADOR 4 – REGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO

Item	Descrição
<b>Finalidade</b>	Garantir que os veículos estejam com documentação regular durante toda a vigência contratual.
<b>Meta</b>	100% da frota com documentação válida e atualizada.
<b>Instrumento de Medição</b>	de Conferência documental e planilha de controle.
<b>Forma de Acompanhamento</b>	de Análise periódica pela fiscalização do contrato.
<b>Periodicidade</b>	Trimestral
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Irregularidades impactam o percentual de atingimento da meta.
<b>Sanções</b>	Irregularidade caracteriza inexecução contratual.

#### 2. Observações Gerais

A aplicação de glosas poderá ser cumulativa com as sanções administrativas, desde que precedida do devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



## ANEXO III

### INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR

ANEXO IV  
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, \_\_\_\_\_  
(identificar o Contratado) declara que está **ciente e de pleno acordo** com todas as disposições, condições, exigências e obrigações previstas no **Edital**, no **Termo de Referência**, quando houver, bem como em seus **anexos**, referentes ao **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026**.

Declara, ainda, que se **responsabiliza integralmente**, sob as penas da legislação vigente, pela **veracidade, autenticidade e legitimidade** de todas as informações e documentos apresentados ao longo do processo de contratação.

---

Local/UF: \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

**Nome do Representante Legal**  
**Cargo**

## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº /**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25032.000104/2026-15**

Objeto:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **locação de veículos automotores tipo VAN**, sem motorista e sem fornecimento de combustível, com **quilometragem livre, seguro total, manutenção preventiva e corretiva**, incluindo **reposição de peças e acessórios (inclusive pneus)**, bem como **lavagem, higienização e lubrificação**, para atendimento das demandas institucionais, inclusive situações de **urgência e emergência**, do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Juruá – DSEI/ARJ.

Declaro, para os devidos fins, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no **CNPJ** nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **tem pleno conhecimento de todas as condições, exigências e obrigações relacionadas à execução dos serviços objeto do presente Pregão Eletrônico.**

Declaro, ainda, que a empresa **conhece as condições locais e operacionais para a execução do objeto**, bem como **as peculiaridades inerentes à natureza dos serviços de locação de veículos**, assumindo integral responsabilidade por tais condições, **não podendo alegá-las, em momento posterior, para fins de pleitos, questionamentos ou reivindicações de natureza técnica, operacional ou financeira** junto à Contratante.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

<br>

**Nome do Declarante**

CPF nº: \_\_\_\_\_

**Assinatura do Representante Legal**

(Carimbo da Empresa)

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL ANEXO VI

Declaramos, sob as penas da lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico n.º /20 , instaurado pelo Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Juruá de que atendemos aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, nos casos em que a referida instrução se aplica ao objeto.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente. ....,  
.....de.....de 20 .

Nome:

RG/CPF ou CNPJ:

Cargo: Carimbo da empresa:

## ANEXO VII

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº /**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25032.000104/2026-15**

Declaro, para os devidos fins, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, possui os seguintes **contratos firmados com a iniciativa privada e/ou com a Administração Pública**, conforme quadro abaixo:

#### RELAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS

<u>NUMERO</u>	<u>Nome do Órgão / Empresa (com endereço completo)</u>	<u>Vigência do Contrato</u>	<u>Valor Total do Contrato (R\$)</u>

**Valor Total dos Contratos (R\$):** \_\_\_\_\_

Declaro, ainda, que as informações acima são verdadeiras e refletem os contratos vigentes na data da apresentação desta declaração, **assumindo total responsabilidade pelas informações prestadas**, nos termos da legislação aplicável.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
de \_\_\_\_\_.

**Nome do Representante Legal**

CPF nº: \_\_\_\_\_

Assinatura do Representante Legal

(Carimbo da Empresa)

#### **OBSERVAÇÕES IMPORTANTES**

**Nota 1:** Além do nome dos órgãos ou empresas contratantes, o licitante deverá informar o **endereço completo** das entidades com as quais mantém contratos vigentes.

**Nota 2:** Para fins de apuração, considera-se o **valor remanescente do contrato**, excluídos os valores já executados.

#### **FÓRMULAS EXEMPLIFICATIVAS PARA ANÁLISE DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS**

## ANEXO VII

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### a) Compatibilidade entre Contratos Firmados e Patrimônio Líquido

A declaração deverá demonstrar que **1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.**

#### **Fórmula de Cálculo:**

$$(\text{Patrimônio Líquido} \times 12) \div \text{Valor Total dos Contratos} > 1$$

#### **Notas:**

- O resultado deverá ser **superior a 1 (um).**
- Considera-se o **valor remanescente do contrato**, excluindo-se o já executado.

#### b) Compatibilidade entre Receita Bruta e Contratos Firmados

Caso a diferença entre a **Receita Bruta** informada na Demonstração do Resultado do Exercício – **DRE** e o **Valor Total dos Contratos** seja superior a **10% (dez por cento)**, para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar **justificativa formal**.

#### **Fórmula de Cálculo:**

$$(\text{Receita Bruta} - \text{Valor Total dos Contratos}) \times 100$$

-----  
Receita Bruta

## ANEXO VIII

### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social da Empresa: \_\_\_\_\_  
Endereço Completo (com CEP): \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_

À  
[Órgão/Entidade Responsável pela Licitação]

Ref.: Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026  
Processo Administrativo nº 25032.000104/2026-15

#### 1. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A empresa acima identificada apresenta sua **Proposta Comercial**, nos termos do Edital e de seus anexos, para participação no **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026**, comprometendo-se a cumprir integralmente todas as condições nele estabelecidas.

#### 2. OBJETO DA LICITAÇÃO

A presente proposta tem por objeto a **prestação de serviços de locação de veículos automotores tipo VAN**, sem motorista e sem fornecimento de combustível, com quilometragem livre, seguro total, manutenção preventiva e corretiva, incluindo reposição de peças, acessórios e pneus, bem como lavagem, higienização e lubrificação, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Edital e no Termo de Referência.

#### 3. PLANILHA DE PREÇOS

Item	Descrição do Serviço	CATSER/CATMAT	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Serviço para locação de veículo tipo Van, sob o regime de quilometragem livre. A contratação exclui o fornecimento de motorista e combustível, permanecendo a manutenção e a lavagem sob a responsabilidade da empresa contratada	4014	und	2		
<b>VALOR TOTAL ANUAL:</b>						

#### 4. PRAZO DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os prazos de execução, bem como as condições de pagamento, observarão integralmente o disposto no **Edital**, no **Termo de Referência** e na legislação aplicável.

## ANEXO VIII

### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

---

#### 5. VALIDADE DA PROPOSTA

A presente proposta é válida por \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias, contados a partir da data de sua apresentação, conforme exigido no instrumento convocatório.

---

#### 6. DECLARAÇÕES

Declaramos que:

- Os preços propostos incluem **todos os custos diretos e indiretos**, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;
  - Temos pleno conhecimento e aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
  - Comprometemo-nos a executar o objeto nas condições e prazos exigidos pela Administração.
- 

#### 7. CONTATO PARA ESCLARECIMENTOS

Responsável pela Proposta: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

---

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

<br>

---

#### Assinatura do Representante Legal

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

<br>

[Nome da Empresa]  
(Carimbo da Empresa)